

ISSN 0104-5261

# ECQS

Revista Quadrimestral de Saneamento Ambiental Nº 19 Ano 8 Janeiro 2001



**Comunicação:  
imprescindível para  
preservação do planeta**



# Programa Monumenta

Fotos: Márcia Frances

**É o patrimônio arquitetônico-cultural de Porto Alegre no centro das atenções.**



*O Programa Monumenta é outra grande conquista da Capital Gaúcha. Concorrendo com mais de 100 cidades, Porto Alegre ingressou no programa, que tem como objetivo revitalizar centros históricos urbanos, a partir da recuperação de seu patrimônio histórico e cultural. Os recursos são disponibilizados pelo BID através do Ministério da Cultura e com apoio da UNESCO.*

*Porto Alegre tornou-se referência ao ser indicada entre*

*as sete cidades com maior qualificação para ingresso no Programa. Os critérios utilizados pelo Ministério da Cultura foram: urgência da intervenção, significação cultural, significação histórica e representatividade regional do sítio histórico.*

*O Monumenta vai potencializar ainda mais o Programa de Revitalização do Centro, que vem recuperando e qualificando a área central da cidade.*



## ***Comunicação social, indispensável para a defesa do ambiente***

*Durante o século XX, os profissionais da comunicação social deram um grande apoio para a transformação que terá que ocorrer em defesa da preservação do meio ambiente no século XXI. A partir de agora, a intervenção dos jornalistas será decisiva e fundamental para garantir a sustentabilidade do planeta. Caberá a eles buscar mecanismos eficientes para difundir as informações necessárias à defesa do ambiente natural.*

*Nesta edição, a revista Ecos traz um artigo da jornalista e professora Angela Schaun, destacando a contribuição que o profissional da comunicação social pode dar para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que habitam o planeta neste momento e no futuro.*

*Na entrevista desta edição, Sônia Parra enfatiza a dificuldade encontrada pelos repórteres para convencer seus editores e os diretores de jornal a publicar matérias relacionadas com o meio ambiente. Sônia acha que o caminho para a difusão de matérias sobre o meio ambiente são as publicações alternativas ou a utilização de sites da Internet, veículo em que o tema é mais valorizado.*

*Na matéria "Um tesouro que renasce das cinzas", destacamos a recuperação do Parque Estadual de Itapuã, localizado no município de Viamão, na região metropolitana de Porto Alegre, e que havia sofrido com a utilização intensiva por parte de visitantes despreocupados com a preservação da flora e da fauna.*

*A reportagem desta edição, "Continuamos os mesmos", de autoria de Flávio Ilha, analisa a cobertura jornalística que vem sendo feita pela grande imprensa nacional referente as questões ambientais.*

*No artigo de opinião, os jornalistas Roberto Villar e Juarez Tosi ressaltam a necessidade de constar nos currículos dos cursos de jornalismo das faculdades de comunicação brasileiras cadeiras que contemplem o tema ambiental.*

*Também é destaque nesta edição a inauguração da Estação de Tratamento de Esgotos São João/Navegantes, ocorrida em setembro de 2000, na qual o DMAE, e que utiliza tecnologia de ponta, aplicando o sistema de lodo ativado e que beneficiará 150 mil pessoas de 11 bairros de Porto Alegre.*

*A revista traz ainda informações sobre o XXVII Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária e Ambiental, promovido pela Associação Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental (AIDIS) e pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), realizado em dezembro, em Porto Alegre.*

*Boa leitura.*

## 5 ARTIGO

CONSTRUINDO A ECOLOGIA HUMANA:  
O PAPEL DO PROFISSIONAL DE  
COMUNICAÇÃO SOCIAL

## 9 ENTREVISTA

SÔNIA PARRA: "A ecologia deve se  
relacionar com o presente."

## 14 AMBIENTE

UNIDADE DE TRIAGEM E  
COMPOSTAGEM DA LOMBA DO  
PINHEIRO QUALIFICA PRODUÇÃO  
AGRO-ECOLÓGICA

## 16 UM TESOURO QUE RENASCE DAS CINZAS

## 19 REPORTAGEM

CONTINUAMOS OS MESMOS

## 23 TECNOLOGIA

ETE SÃO JOÃO/NAVEGANTES: PORTO  
ALEGRE TRATANDO E ESGOTO COMO  
ELE MERECE

## 25 PRESERVAÇÃO

CONTROLE DE PERDAS, CONSCIÊNCIA  
E INFORMAÇÃO: A TRIÁDE QUE PODE  
GARANTIR A ÁGUA DO FUTURO

## 27 POLÍTICA

I FÓRUM SOCIAL MUNDIAL DEBATERÁ  
RIQUEZA E DEMOCRACIA

## 29 CONGRESSO

PORTO ALEGRE SEDIU O MAIOR  
CONGRESSO JÁ REALIZADO PELA  
AIDIS

## 36 NOTAS

LEVANTAMENTO INDICA QUE  
DUPLICOU A ÁREA FLORESTAL NO RS  
Informações sobre eventos na área de  
saneamento e ambiente

## 37 OPINIÃO

JORNALISMO AMBIENTAL: ONDE  
ESTÃO AS FACULDADES DE  
COMUNICAÇÃO?

## EXPEDIENTE



**Prefeito Municipal de Porto Alegre**  
Tarso Genro

**Vice-prefeito Municipal**  
João Verle

**Diretor-geral do DMAE**  
Carlos Atilio Todeschini

**Coordenação de Comunicação da PMPA**  
Vera Spolidoro

**Conselho Editorial**  
Arnaldo Luiz Dutra, Augusto Damiani, Francisco  
Milanez, Marlova Finger e Rosalino Mello.

**Convidados especiais:** Cláudio Roberto  
Langone, Dieter Wartchow e Renato Ferreira.

**Coordenação da Unidade Técnica do DMAE**

Andrea Cristina Martins Freitas

**Editor**

Maria de Lourdes da Cunha Wolff - MTb 6535/RS

**Editoração Eletrônica**

Miriam Camaratta

**Copidesque**

Ademar Vargas de Freitas - MTb 3225/RS

**Ilustrações**

Stampa Computação Gráfica

**Capa**

Foto de Carlos Edler

Produção de Alex Medeiros

**Colaboradores**

Luciane Fortino e Renata Giacobone

**Tiragem**

4.000 exemplares

**Impressão**

Oficinas Litográficas do DMAE

Envie sua colaboração para a redação - Unidade  
Técnica do DMAE - Rua Fernando Gomes, 183 -  
CEP 90510-010 - Porto Alegre - RS  
Telefone (051) 218-9724 - Fax (051) 222-9603  
E-mail: ecos@dmae.prefpoa.com.br  
<http://www.portoalegre.rs.gov.br/Ecos/>

A Revista ECOS, publicação quadrimestral do  
DMAE, Departamento Municipal de Água e Esgo-  
tos, com distribuição gratuita e circulação nacional,  
está registrada sob o nº 775.831 no Cartório de  
Registro Especial, Comarca de Porto Alegre - RS  
- ISSN 0104-5261.

Os artigos e textos publicados são de responsabili-  
dade de seus autores. A reprodução destes, bem  
como das fotos e ilustrações, é permitida desde que  
sejam citadas a autoria e a fonte.

A redação solicita que seja comunicada a transcri-  
ção, referência ou apreciação dos artigos e reporta-  
gens publicados na revista.

# Construindo a ecologia humana: o papel do profissional de comunicação social no milênio

ANGELA SCHAUN

*“A consciência e o sentimento de pertencermos à Terra e de nossa identidade terrena são vitais atualmente. A progressão e o enraizamento desta consciência de pertencer à nossa pátria terrena é que permitirão o desenvolvimento, por múltiplos canais e em diversas regiões do globo, de um sentimento de religação e intersolidariedade, imprescindível para civilizar as relações humanas.”*

Edgar Morin, 1999

**N**um mundo onde a comunicação adquiriu forma total, capaz de representar e apresentar o certo e o errado, iluminando todas as cenas da vida, temos que estar atentos e promover uma avaliação mais responsável sobre o papel do profissional de comunicação social no próximo milênio, pois o seu poder tornou-se cada vez mais determinante e político. As sociedades contemporâneas são complexas, e as redes mediáticas constituem-se no novo espaço público privilegiado.

Vivemos um momento de acele-

ração da vida em todas as instâncias a partir das transformações levadas a cabo pelas descobertas científicas e, sobretudo, pelo veloz processo de informatização e mediatização de todas as instâncias da

**“Fatos cruciais vêm ocorrendo nos últimos 50 anos, levando a uma consciência maior sobre os perigos de destruição do Planeta: a bomba atômica sobre Hiroshima e Nagasaki, as explosões de usinas atômicas, os buracos na camada de ozônio, o derramamento de óleo nos oceanos, o desmatamento, a poluição do ar, a destruição dos leitos e encostas dos rios.”**

vida humana, ligando tudo e todos. Hoje vivemos na “sociedade em rede”. Apesar da “rede”, o mundo contemporâneo vive grandes e complexas exclusões, toda a riqueza

gerada não propicia, em escala equivalente ou equilibrada, a mesma proporção de igualdade entre os povos, muito menos da ampliação equitativa do desenvolvimento sócio-econômico pelo planeta.

Para Muniz Sodré, as mudanças rápidas têm gerado o agravamento dos problemas e expandido de forma irracional os conflitos humanos. Ele afirma: “A globalização tecnoeconômica do mundo - uma nova etapa qualitativa da planetarização, que aceita a fragmentação territorial mas nivela culturalmente as diferenças de povos e costumes em função da virtualidade do mercado - deixa intocada a questão do etnocentrismo ocidental, a questão essencial da heterogeneidade simbólica.” (Muniz Sodré, 1999)

O avatar de tão grandes e indigestas transformações, a chamada globalização, tem complexa e longínqua matriz. Não podemos nos esquecer que a história não começou com Vasco da Gama, nem com Cristóvão Colombo, muito menos com Pedro Álvares Cabral. Antes deles “rebatizarem” com a sua racionalidade cultural e econômica as formações ameríndias e afro-ame-

ricanas, muitas civilizações surgiram, edificaram-se e atingiram seu apogeu, como os impérios egípcio, assírio, babilônico, persa, e o mais famoso deles, o império romano, que

parecia infinito.

Todos foram irremediavelmente destruídos devido ao caráter intrinsecamente caótico da humanidade. A verdade é que o marco

histórico de 1492 inicia duas espécies antagônicas e interligadas de globalização: a globalização iluminista, caracterizada pelas idéias de emancipação, internacionalização, e humanização, e a globalização político-econômica da colonização, dominação e da exploração. Além de estabelecer uma dicotomia, esses dois processos desenvolveram-se mediante a coexistência de opostos, ou seja o paradoxo, gerando conflitos. As guerras, embates e lutas aconteceram e as utopias foram buscadas a partir das idéias humanistas.

Alguns fatos marcantes, como o fim dos regimes socialistas e a eclosão de guerras étnicas na Europa e no golfo Pérsico, demonstram que os inúmeros conflitos mundiais têm raízes profundas internas e externas, e já não podem ser resolvidos com as revoluções sonhadas. Outro agravante foram as mudanças radicais no modelo do estado do bem-estar social como mediador dos conflitos entre capital e trabalho, gerando o desdobramento da geopolítica global, e a hipertrofia do neocapitalismo financeiro e transnacional, priorizando a distribuição do poder à mercê das trocas, do mercado, da relação de dominação norte-sul, da interdependência de mão única, dos blocos econômicos, da oligopolização das empresas transnacionais, pois a globalização, mais que inte-

gração, hoje vem produzindo fragmentação.

---

### NOVAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E A MÍDIA

---

A contraponto dessa lógica, criam-se organismos internacionais para as conversações de paz, como ONU e Unesco. Mais recentemente,

vemos surgir a terceira via, um mecanismo novo de comunicação constituído por organizações sociais que representam e reivindicam sobretudo mais direitos humanos, mais cidadania e a preservação do meio ambiente,

mediando e articulando ações que se irradiam e vão formando parte da opinião pública em nível mundial.

São porta-vozes das novas utopias sociais, espalhando-se nas ruas e criando fatos políticos novos, que a partir da mídia vão configurando a opinião pública, fazendo ver e rever os problemas planetários. As manifestações de Seattle e Tailândia contra as deliberações dos países hegemônicos na globalização são exemplos mais significativos e de grande repercussão. No Brasil os movimentos dos sem-ter-

ra (MST) e o dos sem-teto vêm produzindo ações mais enfáticas, contrariando os interesses das oligarquias de plantão.

A mídia vem exercendo o seu papel de informar e produzir a ampla difusão desses fatos, influenciando para chamar a atenção dos graves problemas sociais e ambientais que emanam da sociedade civil. Assim, forma-se, em nível global, uma rede de organizações não-governamentais (ONGs), de intelectuais críticos e dos movimentos sociais, que vêm contribuindo para repensar a questão das utopias democráticas, renunciando algo que todos nós podemos fazer, reconfigurando as formas tradicionais de fazer política.

Do ponto de vista do habitat humano, fatos cruciais vêm ocorrendo nos últimos 50 anos, levando a uma consciência maior sobre os perigos de destruição do Planeta, que vem sendo gravemente ameaçado. Apenas como lembrança: a bomba atômica sobre Hiroshima e Nagasaki, que revelou todo o poder destruidor das máquinas de guerra, as explosões de usinas atômicas, como em Chernobyl, a descoberta dos buracos na camada de ozônio, os derramamentos de óleo

nos oceanos, o desmatamento das florestas, a poluição do ar nas grandes cidades, a destruição dos leitos e encostas dos rios. Todos

esses fatos contribuíram para o aparecimento de uma consciência crítica e política sobre a idéia de preservação do planeta Terra.

**“O papel preponderante do profissional de comunicação no contexto das complexas redes de informação num mundo globalizado tende a aumentar sua responsabilidade política, levando-o a exercer a função não apenas informativa, mas também, e sobretudo, educativa.”**

**“Ninguém educa ninguém.  
Ninguém educa a si mesmo.  
Os homens educam-se entre si,  
mediatizados pelo mundo.”**

**Paulo Freire**

A grande novidade política é a ação ecológica, na qual torna-se fundamental o papel da comunicação e da educação na construção do desenvolvimento ecologicamente sustentável e socialmente justo. A questão do meio ambiente deve ser vista como uma oportunidade de desenvolvimento criativo do homem, numa nova dimensão que busca soluções dinâmicas na sua relação com a natureza.

O desenvolvimento sustentado diz respeito ao geossistema planetário da Terra, que deve ser respeitado na sua relação com a economia e a sobrevivência das popula-

nea, e vem disputando espaço com a nova economia, a exclusão-inclusão social e a mundialização dos mercados. A mídia agora tem o desafio de informar sobre as questões ecológicas.

---

### O PROFISSIONAL DE COMUNICAÇÃO E A CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA

---

O papel preponderante do profissional de comunicação no contexto das complexas redes de informação num mundo globalizado tende a aumentar a sua responsabili-

comunicação tradicionais e dos sistemas multimeios e das redes telemáticas vêm aumentando a cada dia, numa demonstração inequívoca do seu papel político e histórico. O profissional que trabalha e atua no contexto da mídia tem a responsabilidade de traduzir e, por vezes, mediar o imbricado processo dos interesses econômicos hegemônicos com a vontade política expressa nas ações de cidadania. Sua missão é ainda mais desafiadora quando tende a difundir novos paradigmas, que passam a compor a sociedade contemporânea.

Dentre esses novos paradigmas, destaca-se a ecologia humana, que propõe centrar homem e natureza no mesmo patamar de complexidade e inter-relação, abrindo-se para uma visão de mundo ativa e retroativa, num jogo de interações e retroações, no qual os seres vivos são auto-organizadores, que se auto-produzem sem cessar, necessitam de energia e dependem do meio geológico e da cultura para manter

sua automomia, portanto, são seres auto-ecoorganizadores. Há uma relação antagônica e complementar intrínseca no conceito, pois, a auto-ecoorganização viva se regenera, vida e morte são inseparáveis. A ação ecológica pauta-se na busca da responsabilidade social em todas as ações humanas, mas



ções, objetivando a criação de oportunidades de investimentos e negócios que permitam a melhoria da qualidade de vida e o aumento da renda das populações, visando ao bem-estar e à cidadania plena.

A questão do meio ambiente é global e emblemática, é a grande novidade da agenda contemporâ-

dade política, levando-o a exercer a função não apenas informativa, mas também, e sobretudo, educativa. A mídia é didática, ela dispõe de mecanismos de linguagem próprios que vêm traduzindo e pautando o cotidiano de todos, direta ou indiretamente.

Assim, a influência dos meios de



sempre preparada para o inesperado, a incerteza e a finitude.

A consciência ecológica focada no trinômio homem-natureza-cosmo é a mais subversiva das consciências críticas. A base teórica da subversão ecológica e ambiental não tem dono, seu impacto não está à direita ou à esquerda, está adiante. Seu paradigma funda-se num projeto ético ligando homens, nações e gerações baseados na solidariedade. Seu objetivo é fundar um novo padrão de relações internacionais voltados para o desenvolvimento sustentado e para a preservação da natureza.

O novo trabalho de ação e informação do profissional de comuni-

cação deve voltar-se para o entendimento da economia ambiental, novo patamar que já começa a se esboçar para os investimentos nacionais e transnacionais, prevendo o financiamento de projetos ecológicamente sustentáveis a longo prazo. Outra perspectiva é dar voz para as organizações não-governamentais enquanto espaços de mediação em todos os níveis. E, sobretudo, contribuir para a ampliação da consciência ecológica e ambiental, ouvindo outros setores da sociedade, como os jovens e as crianças, saindo do sentimento de falta e agindo proativamente, criando agendas e pautas positivas.

Nesse contexto, é primordial o

papel do profissional de comunicação, que, aliado àqueles que trabalham no âmbito da estrutura estratégica da educação, deverá formar e sensibilizar a opinião pública e as esferas de poder com vistas à discussão ampla dos temas relacionados à ecologia humana, informando a implantação de projetos, denunciando e alertando para os problemas, traduzindo as políticas públicas e apoiando ações efetivas, que visem a garantir, no presente, a possibilidade de um futuro para todos.

---

**Angela Schaun**, jornalista, doutoranda ECO/UFRJ, professora UVA, Unifacs e pesquisadora ad hoc do NCE/ECA/USP.

## Sônia Parra

**“A ecologia deve se relacionar com o presente.”**



ACERVO DMAE

Sônia Parra foi vice-presidente da Federação Internacional dos Ecojornalistas, entidade que reúne milhares de jornalistas no mundo todo.

*A jornalista colombiana Sônia Parra é pequenina. Fala um espanhol difícil de compreender por estes lados de cá, mas se comunica com calma e aparenta até uma certa fragilidade. Mas só aparenta. Aos 32 anos, ela acaba de completar seu mandato como vice-presidente da Federação Internacional dos Ecojornalistas (Fiej). A entidade reúne milhares de jornalistas espalhados pelo mundo todo e todos os anos realiza um congresso internacional.*

*Sônia já trabalhou para os grandes jornais de seu país e, portanto, sabe das dificuldades para se convencer editores e diretores da nobreza das matérias de profissionais que lidam com meio ambiente e*

*ecologia. Hoje, ela prefere transitar pelo circuito de publicações menores, especializadas, e em sites da Internet que valorizem conteúdos ambientais.*

*Nesta entrevista, Sônia Parra fala da relação - antiga, diga-se de passagem - da mídia com os profissionais que lidam com ecologia, da relação entre os contos de fadas e devastação ambiental e do enfoque catastrófico que a maioria dos veículos de comunicação tem com as notícias ambientais. “É preciso construir uma história de relatos vitoriosos, que se relacionem com o presente”, diz ela. A seguir, os principais trechos da entrevista que concedeu à revista Ecos.*

FLÁVIO ILHA

**ECOS** - *Qual a importância da mídia para a conscientização sobre os problemas ambientais?*

**Sônia Parra** - Tem uma importância decisiva. Basta saber que a maioria dos americanos, por exemplo, obtém suas informações sobre meio ambiente por meio da televisão ou do jornal impresso. É uma informação a que eles dificilmente teriam acesso se não fosse a presença dela nos meios de comunicação. Mais ainda hoje, com a presença da Internet, de meios menos tradicionais e mais acessíveis a mais pessoas. Diria que só temos o atual nível de preocupação ambiental, ainda insuficiente, é claro, devido à pressão dos profissionais de imprensa para que o tema ganhasse espaço nos veículos.

**ECOS** - *Comunicação e meio ambiente convivem há muito tempo?*

**Sônia** - Há muito tempo, praticamente desde que conhecemos o jornalismo no seu formato tradicional. Devemos aos meios a construção desse conceito de ambiente, de preservação, de denúncia. Não só à mídia, mas também à literatura, que difundiu conceitos importantes de cultura. Nos Estados Unidos, por exemplo, a preocupação conservacionista de alguns jornais data de 1880. Os meios são correlatos, pois muito das colonizações americanas produziram enormes danos ambientais e puderam ser descritas de diferentes maneiras. Inclusive em jornais.

**ECOS** - *Foi quando passamos a considerar a natureza como uma inimiga do processo de desenvolvimento?*

**Sônia** - É possível observar essa dicotomia entre natureza e civili-

zação em relatos bem conhecidos. Nos contos de fadas as florestas sempre são lugares perigosos, onde crianças e adultos não devem andar sozinhos. A natureza selvagem devia ser convertida em território bucólico, onde o mundo rústico tem lá seu charme. Foi assim com as florestas, com os índios, com os mananciais de água. Foram confinados a parques.

**ECOS** - *Mas o assunto só aparece com a dimensão atual nos últimos 30 anos.*

**Sônia** - Da década de 70 para cá houve um estreitamento de relações e uma qualificação da cobertura, já que a industrialização e a urbanização crescentes agravaram

**“Poderíamos dizer que todo o movimento de organizações não governamentais (ONGs) que atuam na área ambiental são fruto de uma crescente consciência ecológica transmitida pelos meios de comunicação.”**

os problemas ambientais do planeta, especialmente dos países mais pobres. Substituiu-se esse conservacionismo quase arqueológico por um conceito de ambientalismo, onde tudo está ligado a todo o resto. Ou seja, onde a natureza tem um papel preponderante na economia, na política, na sociedade, na medicina. Diria que é uma relação antiga, mas que realmente apresentou resultados efetivos nos últimos 30 anos.

**ECOS** - *Que resultados poderíamos citar?*

**Sônia** - São muitos, e de diferentes características. Poderíamos dizer que todo o movimento de organizações não-governamentais (ONGs) que atuam na área ambiental são fruto de uma crescente consciência ecológica transmitida pelos meios de comunicação. E, em consequência, por jornalistas interessados no assunto. Não houve um movimento de veículos de comunicação para transformar o tema em assunto popular. Isso foi, e continua sendo, iniciativa de profissionais interessados em discutir possibilidades de desenvolvimento com respeito à natureza.

**ECOS** - *Por que, na sua opinião, se opera essa mudança qualitativa a partir do anos 70?*

**Sônia** - Bem, devemos compreender que o volume de incidentes ambientais aumentou drasticamente. Usinas nucleares passaram a fazer parte da rotina europeia. Houve também a crise energética de 1973/1974, em que se iniciou a discussão sobre o tipo de combustível que continuaria movendo o mundo. E houve também a ida do homem ao espaço, que nos possibilitou perceber a Terra como uma unidade frágil e, principalmente, finita. Antes, apesar de todo o conhecimento científico acumulado durante séculos, não tínhamos essa dimensão de nossa fragilidade com tanta clareza.

**ECOS** - *Contribuiu para essa visão o conceito de mundo global, atualmente revestido da expressão globalização?*

**Sônia** - Sem dúvida. A partir dos anos 80, depois de uma primeira fase de percepção de que os proble-



**“Nos contos de fadas, as florestas sempre são lugares perigosos, onde crianças e adultos não devem andar sozinhos, o que sugere que a natureza selvagem precisa ser convertida em território bucólico”**

mas ambientais eram sem dúvida cruciais, começou-se a perceber também a relação desses fenômenos com todos. Ou seja, partimos de problemas localizados e específicos para coberturas mais complexas. Não eram mais notícias simplesmente denunciando casos de de-

gradação ambiental ou proteção, mas abordando os aspectos econômicos e de desenvolvimento que envolvem a preservação. Passamos a considerar cada catástrofe como uma catástrofe global.

**ECOS - Mas deve haver uma dife-**

*rença no tratamento desse tema entre países desenvolvidos e sub-desenvolvidos. A Colômbia, por exemplo, é um país de enormes contrastes sociais, econômicos e políticos, assim como o Brasil. Como essas questões se relacionam?*

**Sônia** - Primeiro, são questões muito diferentes e muito, muito complexas. Ambiente é uma coisa. Economia e política são outras, ainda que elas se relacionem intrinsecamente. Num país como a Colômbia, por exemplo, os conflitos sociais não podem ser tratados única e exclusivamente com seu caráter ambiental, porque há uma beligerância histórica. E há problemas absolutamente específicos, como no caso dos uwa (comunidade indígena ancestral, que habita a região oriental da Colômbia). Numa parte do seu território, que se aproxima da Venezuela, há muitas reservas de petróleo. E naturalmente o governo colombiano, de uns tempos para cá, começou a se interessar por esse manancial.

**ECOS - Como foi isso?**

**Sônia** - Bem, criou-se um conflito entre o Estado e essa comunidade. Na visão de mundo dos indígenas, o petróleo é considerado, para a terra, assim como o sangue para nós. Então, é claro que seria uma agressão, para eles, explorar essa riqueza. Mas é bom lembrar que a Colômbia passou a exportar petróleo a partir de 1986, basicamente com as reservas da região oriental do país, que triplicaram a produção. O governo então reagiu com um argumento forte, de

que os interesses particulares não podem prevalecer sobre os interesses gerais, coletivos. Esse é um bom exemplo para falarmos de conflitos sociais e meio ambiente, porque por um lado envolve a concepção de vida e natureza que tem uma comunidade indígena e, de outro, a posição do governo, que diz: "É um recurso natural, do sub-solo, portanto, é um produto da nação".

**ECOS** - *Como os ambientalistas se posicionaram a esse respeito?*

**Sônia** - Legalmente o território pertence aos uwa. Mas o Estado argumenta que o sub-solo é da nação. São argumentos válidos e aceitáveis. Bem, o conflito chegou a tais níveis que virou assunto internacional. Gerou discussões e protestos na esfera da Comunidade Europeia e do Parlamento Europeu. A grande pergunta que fazemos é: explorar o produto na terra dos uwa, desrespeitando uma crença ancestral, apresenta ganhos significativos para o país? A maioria de nós, ambientalistas, acredita que não.

**ECOS** - *Há muitos jornalistas ocupados com meio ambiente hoje no mundo?*

**Sônia** - Diria que sim. O movimento cresceu muito nas últimas décadas, a ponto de reunir mais de seis mil profissionais identificados com o tema apenas nos Estados Unidos. Mas há que se fazer uma distinção. Hoje a abordagem dos assuntos ambientais se especializou muito, há

interfaces com Ciência, Economia, Sociedade, Medicina. Há milhares de ONGs que divulgam informações e teses ambientais, principalmente pela Internet. Ou seja, o assunto se popularizou de tal forma que perdeu um pouco da sua condição de militância, de luta contra um sistema que não se preocu-



**"A maioria das pessoas continua acreditando que o crescimento econômico e o desenvolvimento são preferíveis à preservação ambiental."**

pa em preservar a natureza para se desenvolver.

**ECOS** - *Preocupa, de alguma forma, que o tema seja ainda abordado na sua forma mais perversa, ou seja, destacando o caráter de catástrofe, de incidente?*

**Sônia** - Sim, porque é preciso construir uma rotina de relatos ambientais vitoriosos. Que quer dizer isso? Quer dizer que é necessário

alterar a estratégia de abordagem do tema. Como já disse antes, em 30 anos de denúncias de crimes e acidentes ambientais a realidade mudou pouco para as necessidades que temos. O cidadão comum continua acreditando na capacidade da ciência e da tecnologia em resolver esses problemas. A maioria continua acreditando que o crescimento econômico e o desenvolvimento são preferíveis à preservação ambiental. Então, devemos nos centrar em relatos de casos que possam ter uma boa aceitação rápida, que possam causar empatia na população. Que possam se relacionar com o presente, com a vida cotidiana das pessoas, e não com um futuro longínquo e intangível. Não que isso não seja importante. Mas trata-se de formular uma estratégia de melhores resultados em termos de aproveitamento das capacidades da mídia.

**ECOS** - *Nesse período de cobertura ambiental, houve de alguma forma a cooptação do tema pela mídia?*

**Sônia** - Bem, podemos observar uma preocupação crescente da chamada grande imprensa com esse tema, seja pelas potencialidades econômicas que ele apresenta, na gama de produtos ecológicos que invadem o mercado, seja pela aliança defendida por eles entre crescimento e meio ambiente, na promessa de um desenvolvimento sustentável. De qualquer forma, é um discurso otimista que tem ganhado corpo. E que coloca como seus ad-



**“Acidentes nucleares continuam sendo relativamente comuns na Europa. Ainda sentimos os efeitos de Chernobyl, por exemplo, e nem sabemos direito como e o que aconteceu naquele desastre.”**

versários os organismos que protestam de forma menos convencional contra os estragos no ambiente. É freqüente lermos em jornais que os líderes dessas ações têm práticas políticas violentas e são intrusos em questões para as quais não foram chamados. Como no caso das ações contra a caça às baleias. Ou então contra a utilização de transgênicos em escala comercial.

**ECOS** - *Como o jornalista deve se situar diante dessa gama de abordagens?*

**Sônia** - Ficamos numa posição extremamente delicada, já que em muitos casos não podemos abandonar os formatos e estruturas im-

postos pela prática jornalística tradicional. Mas é possível escolher alternativas, provocar o debate, influir nos rumos do noticiário. O que importa, a meu ver, é combinar o jornalismo de denúncia com objetivos de longo prazo para a educação ambiental ou para a reforma do sistema econômico e político que conhecemos. Ou seja, é preciso colher resultados práticos, seja no campo das consciências, seja no campo das ações reguladoras específicas, na mudança da legislação, na punição de eventuais responsáveis.

**ECOS** - *O sistema mudou nesses anos todos de militância ambiental na mídia?*

**Sônia** - Mudou, é verdade, mas os acidentes continuam acontecendo. Há menos de um ano presenciamos uma catástrofe aqui mesmo no Rio de Janeiro, naquele vazamento de óleo que contaminou e destruiu vidas. Acidentes nucleares continuam sendo relativamente comuns na Europa. Ainda sentimos os efeitos de Chernobyl, por exemplo, e nem sabemos direito como e o que aconteceu naquele desastre. Então, nos parece que há muito por fazer ainda para dar a todos a devida consciência dos riscos que corremos ao destruir a natureza.

*Fábio Ilha é jornalista.*

# Unidade de Triagem e Compostagem da Lomba do Pinheiro qualifica produção agro-ecológica

CRISTIANE VIANNA AMARAL

**Com o reaproveitamento de matéria orgânica a unidade produz composto orgânico de alta qualidade para a utilização na produção agro-ecológica.**

**A** Unidade de Triagem e Compostagem Lomba do Pinheiro começou a funcionar em julho deste ano, ainda em fase experimental. Mas - diferentemente dos outros projetos brasileiros - seu principal objetivo não é a separação de materiais para a reciclagem e sim a criação de um composto orgânico de alta qualidade para a produção agro-ecológica a partir do reaproveitamento da matéria orgânica.

Hoje, trabalham 30 pessoas na unidade, sendo que 15 ficam na esteira, separando sete toneladas diárias de resíduo domiciliar. Quando estiver funcionando plenamente, serão triadas 100 toneladas de resíduos por dia,

gerando 200 postos de trabalho, em dois turnos de seis horas.

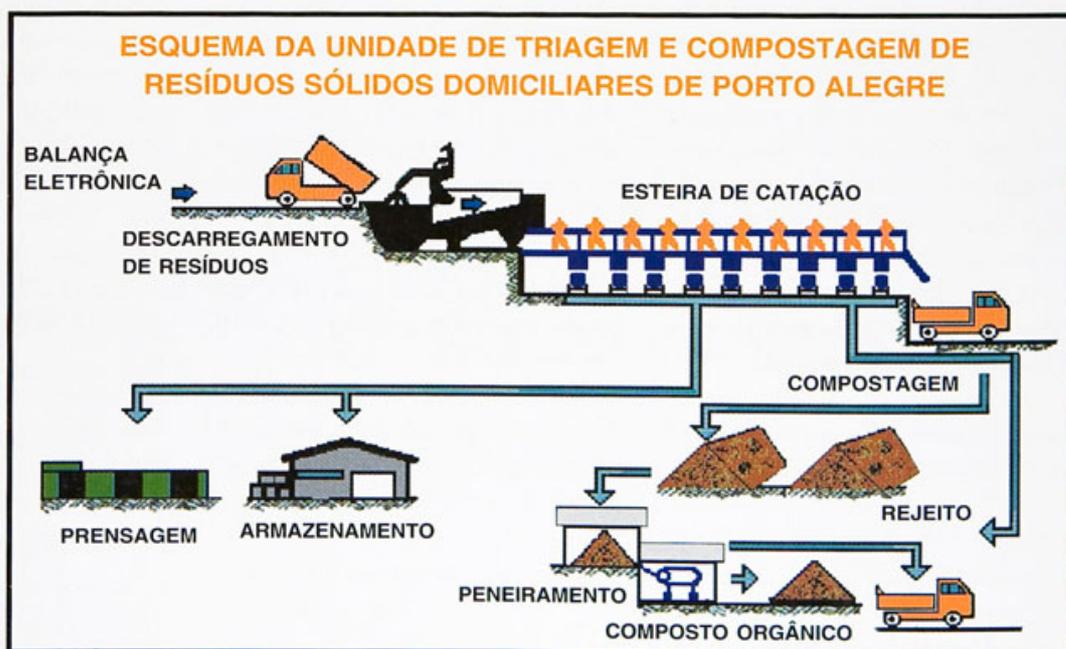
A primeira leva de composto ficou pronta no dia 6 de novembro. Esse material será testado em uma horta do próprio DMLU. "O valor comercial do metro cúbico do composto está entre R\$ 18,00 e R\$ 20,00", informa o diretor da Divi-

são de Destino Final do DMLU, Geraldo Antônio Reichert.

Os equipamentos e as edificações da unidade foram financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), dentro do Programa Pró-Guaíba, e o pátio onde é feita a compostagem foi instalado com recursos da Prefeitura de Porto Alegre.

De acordo com o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), responsável pelo projeto e funcionamento da unidade, o custo total do empreendimento ultrapassa R\$ 1,2 milhão. A licitação da obra foi feita em 1999, ano em que foi concedido o licenciamento ambiental pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental.

**Concepção** - O projeto da unidade foi elaborado no início da década de 90 e desde então vem sofrendo atualizações. Mas a concepção não mudou. A unidade está inserida no Sistema Integrado de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos, conhecido



mundialmente, e implantado em todos os países desenvolvidos.

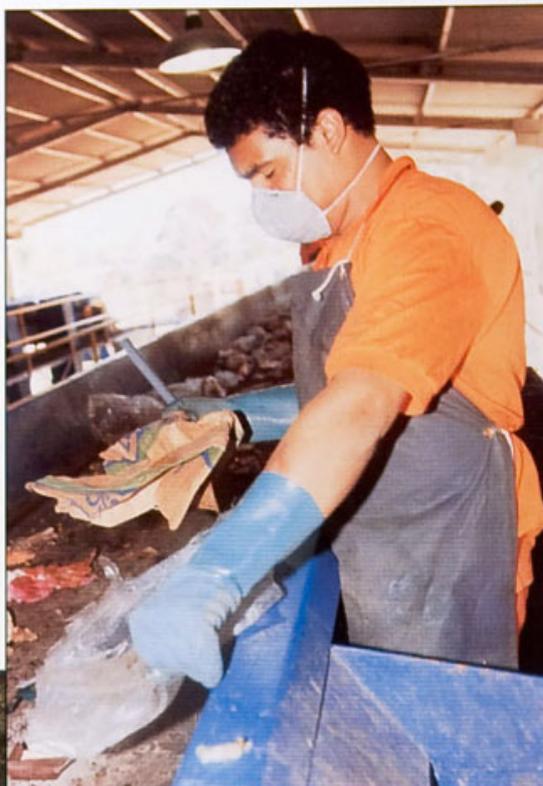
Esse sistema prevê a segregação dos resíduos na origem e o tratamento diferenciado para cada tipo de resíduo. Deve ser disposto no resíduo domiciliar apenas o que não é reciclável, ou seja, o resíduo orgânico, matéria-prima da unidade, e o rejeito. Hoje são considerados rejeito, entre outros itens, tecidos e materiais recicláveis muito contaminados pelo material orgânico.

O DMLU já está elaborando um trabalho de aprofundamento da Coleta Seletiva nos bairros de onde provém o resíduo para a compostagem. Foram escolhidos bairros residenciais, como o Jardim Carvalho, Mont'Serrat, Agronomia e Auxiliadora.

**Processo** - O caminhão da coleta domiciliar despeja o resíduo no fosso, de onde é retirado pelo póliplo (garra que recolhe os resíduos), e colocado na moega dosadora (espécie de válvula que regula a quantidade de resíduo liberado). Só então passa para a esteira. Cada operário separa dois tipos de resíduo.

O material reciclável (cerca de três toneladas por dia, atualmente) é armazenado para ser enviado, já prensado, para as unidades de triagem da Capital. Elas recebem plástico, papel, vidro, metal, embalagens longa vida e isopor, que serão comercializados junto às indústrias de reciclagem, enquanto o rejeito é enviado para os aterros sanitários.

O resíduo orgânico é levado, então, para o pátio de compostagem e or-



Triagem do resíduo sólido na esteira.



Pátio da compostagem.

ganizado em leiras. Cerca de três vezes por semana o material putrecível (aquele que pode ser compostado) é revirado para acelerar o processo. Esse material pode chegar a temperaturas de até 80° C.

Após 100 dias, a temperatura baixa consideravelmente, chegando a 30°C, e o volume da leira se reduz à metade. Se estiver nas condições

ideais, o composto é peneirado para finalmente ser utilizado.

No verão, além do reviramento, é necessário regar as leiras para que sejam mantidas as condições ótimas de temperatura e umidade. Para evitar a contaminação com produtos químicos, principalmente metais pesados - o que, na Europa, já determinou uma queda na utilização dessa alternativa - será feita uma triagem de alta qualidade na esteira e, principalmente, o aprofundamento da separação na origem, ou seja, nas residências. "Com isso, garantiremos a pureza do material a ser compostado", diz o diretor-geral do DMLU, Darci Campani.

#### VEJA A DIFERENÇA

**Adubo:** tem como principal objetivo fornecer os nutrientes (como nitrogênio, fósforo e potássio) para as plantas.

**Composto orgânico:** além de fornecer nutrientes para as plantas (de maneira menos concentrada que o adubo), é capaz de alterar as condições físicas do solo. Dessa maneira, pode diminuir a erosão e melhorar a retenção da água da chuva. Mais que um adubo, o composto orgânico é um excelente condicionador do solo.

*Cristiane Vianna Amaral é jornalista e assessora de comunicação do Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre.*

# Um tesouro que renasce das cinzas

FLÁVIO ILHA

**O Parque Estadual de Itapuã, que quase foi destruído pela utilização intensiva, reabrirá em 2001 como modelo da nova política de conservação do Estado.**

**H**á pouco mais de dez anos, num domingo ensolarado de verão, mais de dez mil pessoas se espalhavam pelas praias limpas e calmas de um dos ecossistemas mais ricos do Estado. As savam churrasco, andavam de carro, depredavam a vegetação, usufruíam do espaço como se fosse uma estação de turismo. Não era. O Parque Estadual de Itapuã completou 27 anos em 2000 mas quase foi destruído pela ocupação predatória permitida ao longo de quase toda a sua existência. Agora recuperado, o parque se prepara para reabrir à comunidade como um exemplo da nova política ambiental do Rio Grande do Sul.

Para começar, não há uma data certa para

a reabertura do parque, mas uma coisa já se sabe: o Parque Estadual de Itapuã nunca mais será invadido por hordas de turistas em busca de uma sombra de árvore onde assar seu churrasco e ouvir sua música. Para isso existem outros locais na região metropolitana de Porto Alegre, como os parques urbanos. Mas Itapuã continuará sendo, em parte, um local de lazer e turismo.

Em parte porque, das oito praias que compõem o complexo de 5.500 hectares às margens da Laguna dos Patos, cinco estarão fechadas à visitação. Em apenas três haverá circulação de turistas e visitantes, ainda assim, limitados a 1.400 pessoas por dia.

“É o primeiro parque do Estado que recebe infra-estrutura de lazer e turismo compatível com os objetivos de conservação da natureza”, define o diretor da Divisão de Unidades de Conservação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Rogério Guimarães Só de Castro. Ao todo, são oito unidades no Estado e mais quatro em implantação. A meta é de que todas venham a ter, no futuro, a mesma política de manejo que está sendo implantada no Parque Estadual de Itapuã.

Nas praias que serão abertas ao público - Praia das Pombas, Praia de Fora e Praia da Pedreira - have-

rá churrasqueiras, banheiros, rede elétrica, bares, trapiches e atracadouros para barcos e local para pesca. Serão lugares de turismo ecológico, onde a presença de público não interferirá no ecossistema da região. Nas outras praias, será permitida apenas a presença de pesquisadores e de grupos interessados em educação ambi-



Limite do Parque Estadual de Itapuã

ental. Nesse caso, será como visitar um museu de ciências naturais ao ar livre, dada a diversidade de fauna e flora do local.

A região de Itapuã mescla campos, dunas, lagoas, ilhas, praias e morros às margens do Lago Guaíba e da Laguna dos Patos, num dos últimos remanescentes dos ecossistemas originais dessa região. Existem ali, segundo dados catalogados pela Secretaria

Estadual do Meio Ambiente, exemplares de 36% de todas as aves que habitam o Rio Grande do Sul, além de outras espécies migrantes que fazem do parque um dos pontos de parada na viagem norte-sul.

A Lagoa Negra, incorporada ao parque em 1991, é ponto de parada para aves migratórias e moradia para outros 200 tipos de pássaros da região. Dos anfíbios, estima-se que mais da metade com registro na região metropolitana de Porto Alegre ocorram no parque. Há centenas de famílias de bugios, especialmente o bugio-rui-vo. Há jacarés-de-papo-amarelo, que já estiveram ameaçados de extinção, lontras e centenas de tipos de cobras, inclusive a rara cobra-de-cabeça-preta.

Na flora, destaca-se a ocorrência da vegetação característica dos morros graníticos (do chamado Escudo Rio-grandense) e da vege-



A Praia das Pombas, após aberta ao público, contará com completa infra-estrutura de lazer.

tação nativa da orla do Lago Guaíba, cada vez mais rara devido à expansão urbana. Aí aparecem as figueiras e os butiazeiros, além de diversos tipos de orquídeas e bromélias. Além disso, estudos realizados por uma equipe do Museu Antropológico do Rio Grande do

**A região de Itapuã mescla campos, dunas, lagoas, ilhas, praias e morros às margens do Lago Guaíba e da Laguna dos Patos, num dos últimos remanescentes dos ecossistemas originais dessa região.**

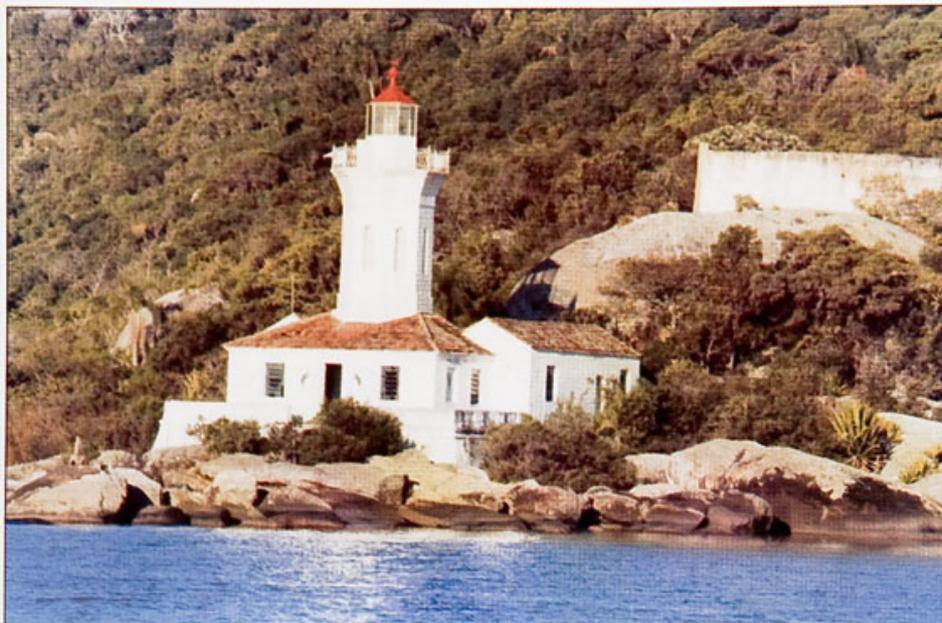
Sul indicaram a existência de sítios arqueológicos de tradição tupi-guarani e umbu. Foram catalogados 14 sítios tupi-guarani na região de Itapuã. Dois sítios umbu foram localizados nas proximidades da Lagoa Negra.

O processo de transformação dessa área em reserva natural ini-

ciou-se em 1973, com a desapropriação do chamado Promontório de Itapuã. Longe de ser uma solução para a preservação de uma das últimas amostras de ecossistemas originais da região de Porto Alegre, o decreto de desapropriação acabou incentivando a ocupação ilegal do parque e a exploração indiscriminada da farta oferta de granito. Mais de 800 casas foram erguidas clandestinamente no parque, que até 1985 também sofreu a exploração comercial de suas pedras. A extração servia ao mercado externo. “Tivemos momentos ab-

solutamente críticos para o aproveitamento futuro do parque como local de conservação”, destaca Castro.

A partir desse período, com a criação da Comissão de Luta pela Efetivação do Parque Estadual de Itapuã, a história começou a mudar. As invasões pararam. As pedreiras foram impedidas de conti-



O Farol de Itapuã faz parte da paisagem do Parque Estadual.

nuar funcionando. Foi instalado o primeiro posto de fiscalização. Pesquisadores de diversas áreas começaram a divulgar a importância da área, tanto em termos científicos quanto culturais e históricos. Itapuã passou a ser respeitado como um verdadeiro tesouro recém descoberto.

Não é exagero afirmar isso. Local estratégico, a Ponta de Itapuã era um lugar privilegiado para monitorar a navegação de quem queria chegar a Porto Alegre pela Laguna dos Patos. Ali, os farroupilhas instalaram um canhão. Pelas cercanias, ergueram trincheiras para combater os inimigos imperiais. As tropas imperiais desembarcaram na Praia das Pombas em agosto de 1836, numa força legal de 250 homens, e dali partiram para retomar Porto Alegre das mãos dos revoltosos. Apenas 23 revolucionários, comandados pelo português Simeão Barreto, guarneciam o local. Foram massacrados.

Preservar a história e a riqueza natural dessa região é o objetivo do novo plano de manejo do parque. Segundo Castro, a utilização vai respeitar as características do local, sem no entanto transformá-lo em empecilho ao desenvolvimento regional. “A comunidade simples-

**Estudos indicam a existência de sítios arqueológicos de tradição tupi-guarani e umbu: foram catalogados 14 sítios tupi-guarani na região de Itapuã e dois sítios umbu nas proximidades da Lagoa Negra.**

mente odiava a existência do parque”, revela o diretor. É justamente com a comunidade que o Estado pretende contar para desenvolver o potencial turístico do Parque Estadual de Itapuã. Além das três praias que estarão abertas ao público, há todo o entorno que pode ser equipado com pousadas, artesanato, passeios de barco. Entre os locais com possibilidades de apro-

veitamento turístico estão o Morro do Coco, a Vila de Itapuã e a Praia da Varzinha.

“Não queremos planos mirabolantes de aproveitamento. A geração de renda deve ser apenas uma das possibilidades de integração da comunidade, senão o parque perde sua função de conservação”, explica Castro. Outra forma de envolvimento é com os projetos de educação ambiental, que já envolvem as escolas da região. Os moradores também estão sendo aproveitados como guias e a pesca artesanal será preservada. Hoje a existência do parque não é

mais vista como um entrave ao desenvolvimento da região, e sim como possibilidade de uma nova vida. Ao lado da natureza.

O Parque Estadual de Itapuã está localizado 57 quilômetros ao sul de Porto Alegre, no município de Viamão. Foi criado por decreto estadual em 1973, com pouco mais de 1.500 hectares. Três anos depois ganhou mais 2 mil hectares e, com as últimas anexações, em 1993, ficou com 5.556,5 hectares. As terras originaram-se de uma sesmaria, cujo primeiro proprietário foi o padre português José dos Reis. A data de ocupação é 1733, anterior à chegada das primeira famílias açorianas a Porto Alegre. O local teve uma família como controladora até meados de 1840, quando Antônio José de Faria vendeu duas áreas a outros proprietários. A partir daí, as terras foram sendo pulverizadas.

*Flávio Ilha é jornalista.*

# Continuamos os mesmos

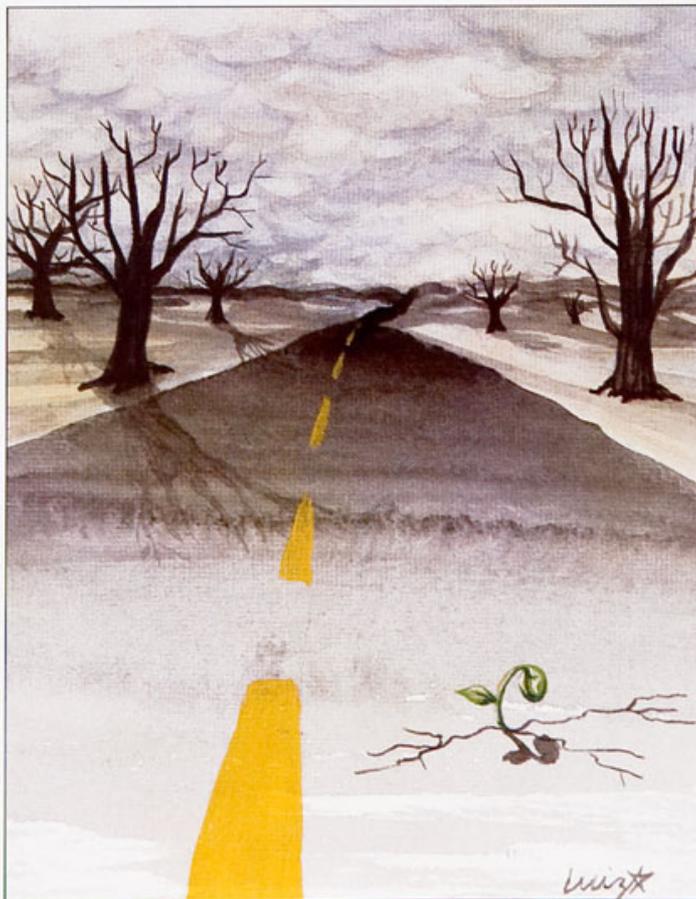
FLÁVIO ILHA

**Cobertura ambiental dos meios de comunicação, que se fixou nos últimos anos no Brasil, não impediu acidentes nem diminuiu riscos de impunidade.**

**G**oiânia, 28 de setembro de 1987. Uma cápsula de césio 137, aberta por cidadãos, que se encantam com seu brilho azulado, contamina mais de 200 pessoas. O saldo é de quatro mortes e uma mostra da falta de conhecimento da sociedade sobre os riscos ambientais a que está exposta. Mas, o assunto só virou notícia nas agências três dias depois do acidente. Ganhou a primeira página apenas uma semana depois, no dia 4 de outubro.

Mais do que revelar a falta de segurança em relação a riscos corriqueiros ao meio ambiente e à população, o acidente de Goiânia mostrou a fragilidade da informação sobre os riscos ambientais. Passados apenas 13 anos, poucos profissionais têm memória precisa do acidente. “Foi na década de 80, mas não sei precisar exatamente o ano nem as consequências do acidente”, reconhece a jornalista Flávia Marroni. Profissional de televisão, premi-

da pelo relógio, Flávia não tem tempo para pesquisar e mesmo se tivesse não acharia muito material para consultar. O acidente está nos jornais da época, escondido entre a eterna crise política do governo Sarney e os jogos da Copa União. Somente alguns anos depois é que se teve a noção exata da dimensão do acidente.



Quem diz isso é o jornalista Randáu Marques, considerado da primeira geração de ecojornalistas do Brasil. Ele trabalhava no Jornal da Tarde e acompanhou de perto o acidente de Goiânia, sem entender bem por que o tema demorou a virar notícia nacional. “Tínhamos noção da gravidade do acidente, mas o foco de atenções era bem outro, não havia uma grande preocupação com esse tipo de assunto nos jornais e revistas e, além do mais, o País vivia uma crise política intensa”, tenta explicar Randáu.

É verdade, embora não justifique o descaso com o tema ambiental. Mesmo em países onde a informação é um produto mais elaborado, como Estados Unidos, a cobertura ambiental demorou a decolar.

“Apenas na década de 70 o noticiário sobre os problemas do meio ambiente ganhou espaços nobres nos veículos europeus e americanos”, diz a professora Ilza Girardi, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs).

Alguns fatores ajudaram a consolidar essa tendência, como a permanência da energia nuclear nos países centrais e os problemas de abastecimento energético que foram notícia entre 1973 e 1974. E, depois disso, a incidência cada vez mais frequente de acidentes ligados à natureza, como vazamentos de oleodutos e escapamentos nucleares. Foi a época das

catástrofes ambientais, do espetáculo, como define a professora Ilza. “Os veículos descobriram o assunto sob a ótica da tragédia, dos fatos sensacionais que acabam sendo determinantes para vender jornais”, explica.

Talvez por isso, a cobertura do tema ambiental seja tão instável nos veículos de comunicação. Disputando com outros assuntos a primazia para vender jornais ou revistas, o tema naturalmente não ganhou consistência. “A cobertura ambiental sofreu muitos reveses, devido ao fato de não se encaixar facilmente na produção de notícias e por ser ofuscada freqüentemente por outras questões, como as crises econômicas e políticas”, complementa Ilza Girardi. É fácil perceber isso, segundo a professora. “Muitas vezes, os editores não sabem o que fazer com um relato de conteúdo ambiental porque não há um encaixe natural para ele”, explica. Em geral, essas matérias tanto podem ser enquadradas como econômicas, políticas, médicas ou científicas, sem comprometer nenhuma das definições.

A jornalista Liana John reforça essa tese. Há 17 anos ela fez a primeira matéria sobre meio ambiente, na revista IstoÉ. Era uma época em que os temas se confundiam: agricultura tinha tudo a ver com ecologia. “O tema do meio ambiente era absolutamente marginalizado nos veículos de comunicação”, lembra a jornalista. Quem se ocupava do assunto era taxado de maluco. Pior: de xiita. “Havia uma politização muito grande nesse período. Então, a abordagem que

fazíamos das questões ambientais era naturalmente muito crítica”, explica.

Mesmo assim, engana-se quem pensa que o tema tinha abrigo certo nos veículos de esquerda da época. Segundo Liana, esses veículos

**“Duas décadas atrás, o tema do meio ambiente era absolutamente marginalizado nos veículos de comunicação, e quem se ocupava do assunto era taxado de maluco ou xiita.”**

demoraram a ligar as questões ambientais com política e economia. Quem recolocou a discussão foi o jornalista Fernando Gabeira, depois de voltar de um exílio na Suécia. “Lá, a discussão sobre os danos à natureza estavam muito avançadas. Havia uma compreensão muito melhor de que o desenvolvimento não poderia ser obtido a qualquer preço”, diz Gabeira, por e-mail.

O hoje deputado federal pelo Partido Verde voltou ao Brasil em 1979. Escreveu nos jornais opositoristas

**“A maioria dos jornais nem tem editoria de Ambiente, e o tema ambiental muda de página constantemente, caindo com freqüência nas páginas de Ciência e nas páginas de Economia.”**

da época, principalmente o Movimento, e requalificou a discussão. “Estávamos muito centrados na questão política, e não percebíamos que podíamos atacar o regime também com denúncias de crimes ambientais”, discorre o deputado.

Liana John, que há 12 anos é setorista de meio ambiente da Agência Estado, confirma a tendência da cobertura apontada por Gabeira. As matérias veiculadas pela grande imprensa tinham uma predominância dos acidentes e das catástrofes. Não que fossem fatos inventados. Mas sempre se privilegiava a abordagem de denúncia, de descaso das autoridades com um tema que se transformava em assunto

de primeira página.

Aos poucos, segundo Liana, a cobertura foi se qualificando. Principalmente quando se revestiu de um caráter mais científico, mais técnico. Editores passaram a exigir de seus repórteres mais pesquisa, mais leitura sobre um tema que não encontrava amparo em cursos de especialização ou na memória de outros profissionais. “Fomos criados à base do autodidatismo mesmo”, reconhece a jornalista.

Mas, se a cobertura ainda sofre restrições em grandes veículos de comunicação, onde deve haver pouco espaço para tudo, o mesmo não ocorre nos chamados jornais regionais. Esses veículos, por terem um foco menos abrangente, podem dispor de mais espaço para matérias especiais e para coberturas diferenciadas. A editora de Economia do Correio Braziliense, Verene Wolke, acha que a falta de pressão por uma cobertura ampla ajuda o jornal a dedicar mais espaço a coberturas ambientais.

“Abordamos eventuais problemas energéticos, por exemplo, com uma interface com as questões do ambiente”, diz a jornalista. O mesmo acontece com as crises sucessi-

vas na cotação do petróleo: são assuntos repassados constantemente por enfoques de caráter ambiental. “Com isso, ganhamos também na estrutura interna, já que não temos uma editoria específica de meio ambiente”, diz Verene.

Mas os jornais regionais enfrentam outro tipo de problema para a cobertura ambiental. Muitas vezes, como relata a editora do Correio Braziliense, os repórteres destacados para coberturas mais alentadas sobre ambiente não têm, apesar do esforço, capacidade para enfrentar a complexidade de determinadas histórias ambientais. É o problema de não se ter especialistas, nem editorias específicas para temas mais abrangentes. Se, por um lado, sobra espaço e uma abordagem menos conservadora, por outro lado falta qualificação profissional para se realizar a tarefa com competência.

A maioria dos jornais, aliás, nem tem editoria de Ambiente. Por isso o tema ambiental muda de página constantemente, caindo com frequência nas páginas de Ciência e, mais recentemente, nas páginas de Economia. Mas o fato de haver uma editoria de ambiente em muitos veículos não significa necessariamente qualidade na cobertura. O sociólogo canadense John Hannigan, que estuda o tema ambiental, relata que muitos jornais diários dos Estados Unidos montaram uma rotina de notícias sobre meio ambien-

te. Mas a quantidade de informação não representou qualidade em termos de cobertura.

“Havia todo tipo de repórter nessa cobertura, a maioria deles com enormes dificuldades para se adaptar ao estilo e, principalmente, à substância que o tema ambiental requer”, conta o sociólogo, por e-mail. Fato é que, passada a febre inicial da cobertura de meio ambiente nos Estados Unidos, boa parte dos jornais preferiu desfazer o es-

quema de editoria fixa para diluir o tema em outras áreas de interesse.

Outra característica de um jornalismo ambiental em contraste com uma cobertura usual adotada pelos meios de comunicação esbarra na chamada objetividade, como também observa Hannigan. Para uma cobertura científica, a objetividade envolve distanciamento do repórter e apoio em dados claros, em provas irrefutáveis. “O grande problema dessa abordagem é que



poucos repórteres são suficientemente bem informados para avaliarem com precisão o que seja uma posição científica”, atesta o sociólogo.

E, por outro lado, essa objetividade também impedia que os jornalistas relatassem histórias com conteúdo político, optando por uma cobertura neutra e equilibrada do ponto de vista técnico. Sem politização, o tema ambiental acaba passando despercebido pelo leitor. Acaba não chegando a lugar algum, ao fugir das opiniões e das conclusões de um jornalismo mais ideológico e que assume um papel perante a sociedade.

Mas é claro que contribui para isso o fato de muitos ativistas ambientais preferirem o espetáculo (bem ao gosto e necessidades da mídia) à educação ambiental. Caso, por exemplo, do Greenpeace, autor de ações espetaculares em defesa de animais e de regiões menos protegidas contra acidentes. “Quando optamos por ações espetaculares, o nosso objetivo é exatamente chocar e abrir espaços na mídia”, defende-se Renato Guimarães, responsável pela comunicação do grupo ambientalista no Brasil.

Há quem discorde. O ecologista Flávio Lewgoy, pioneiro no tema ambiental no Rio Grande do Sul, acha que as ações do Greenpeace pecam pelo sensacionalismo e alimentam a idéia de que ecologia é coisa de um bando de idealistas. “Defesa ambiental não é conto de fadas, não contrapõe bons e maus, mocinhos e vilões”, critica Lewgoy. O fato é que as ações do grupo são largamente divulgadas nos meios de comunicação, notadamente a televisão. Justamente quem trata os fatos com a maior carga de sen-

sacionalismo e espetacularização.

O jornalismo ambiental, entretanto, parece que mudou definitivamente com o surgimento da Internet. A rede de computadores ligou vários órgãos de defesa da natureza e abriu espaços de cobertura que seriam impensáveis na estrutura tradicional do jornalismo. As principais organizações não-governamentais (ONGs) que trabalham com ecologia têm seus próprios sites na Internet. Afora isso, se multiplicam os endereços para quem quer noticiário ambiental mais genérico, sem ligação direta com qualquer tipo de entidade.

**“As ações do Greenpeace são largamente divulgadas nos meios de comunicação, especialmente na TV, que trata os fatos com a maior carga de sensacionalismo e espetacularização.”**

O jornalista Roberto Villar disponibiliza na Internet o site *jornalismoambiental.jor.br*, onde é possível ter uma noção de tudo o que os jornais deveriam escrever sobre meio ambiente e não escrevem. “Na Internet temos muito mais agilidade com relação aos conteúdos, e os custos são muito mais baixos que uma publicação impressa”, diz Villar. Ele atualiza o site pelo menos uma vez por semana e conta para isso com artigos de outros profissionais de comunicação e colaboradores. O fato é que há, na Internet, a possibilidade de uma cobertura mais qualificada e muito mais dirigida aos interesses de

quem procura notícias ambientais do que a praticada nos chamados jornalões.

“Foi a forma encontrada para multiplicar as informações que julgamos importantes e fundamentais”, prossegue o jornalista. O abrigo em publicações especializadas também é uma saída, mas os custos de produção tornam a experiência pouco freqüente. Mesmo assim, a Internet é uma ferramenta recente, amparada ainda em poucos internautas que têm acesso às informações. Mas, segundo Villar, é uma forma de se chegar a um ponto que, nos veículos convencionais, ainda não se havia chegado em termos de qualidade de informação.

Nesses pouco mais de 20 anos de informação ambiental no Brasil, o que se pode ver é muita dispersão e pouca produção organizada de relatos jornalísticos. Os acidentes e catástrofes ganharam as primeiras páginas, mas só na falta de notícias mais sensacionais, como uma crise política ou uma final de campeonato.

O tema se fixou, é verdade, mas está longe de ter a unanimidade de editores e donos de veículos de comunicação. Na falta de uma notícia melhor, fica-se com a presunção de que estamos mais atentos e cuidadosos nos riscos que corremos de contaminar e inviabilizar a vida em vários pontos do planeta. Presunção facilmente desmanhada ao primeiro acidente de grandes proporções, como o que contaminou a Baía de Guanabara com petróleo há pouco mais de um ano. Continuamos iguais.

---

Fábio Ilha é jornalista.

# ETE São João/Navegantes: Porto Alegre tratando o esgoto como ele merece

ARNALDO LUIZ DUTRA  
ANA CRISTINA GHISLENI

Com o tratamento, 99% da matéria orgânica deixa de ser lançada no Lago Guaíba, melhorando a qualidade da água que é consumida em Porto Alegre.

**E** quem quer saber de esgoto? Aquela água suja, que já foi utilizada e que agora não serve para mais nada e merece ser jogada em qualquer lugar, desde que seja longe da minha casa. A Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) São João/Navegantes surge para mostrar mais uma vez que a qualidade da água de Porto Alegre

passa pelo esgoto. E quem se importa com a água que bebe tem que se importar com o tratamento que é dado ao esgoto.

Essa obra, inaugurada no dia 27 de setembro, atinge onze bairros e adjacências e custou 24 milhões de reais, recursos financiados pelo Pró-Guaíba. A estação tem capacidade para tratar 444 litros de esgo-

to por segundo, beneficiando diretamente uma população de 150 mil habitantes da zona norte de Porto Alegre.

O sistema de lodo ativado, utilizado na ETE, é novo em Porto Alegre: o esgoto passa por um pré-tratamento e depois vai direto para os tanques de aeração. Ali, o oxigênio é introduzido artificialmente no meio líquido, acelerando a decomposição natural do material orgânico, que é digerido pelas bactérias. Com este tratamento, 99% da matéria orgânica deixa de ser lançada no Lago Guaíba, melhorando a qualidade da água que é consumida em Porto Alegre.

Este tipo de tratamento foi escolhido para a ETE São João-Navegantes devido ao espaço físico existente na Zona Norte. Os tanques tornaram a estação mais compacta, adequada ao espaço restrito. Desta forma, foi possível combinar um processo de tratamento eficiente com um planejamento possível espacialmente.

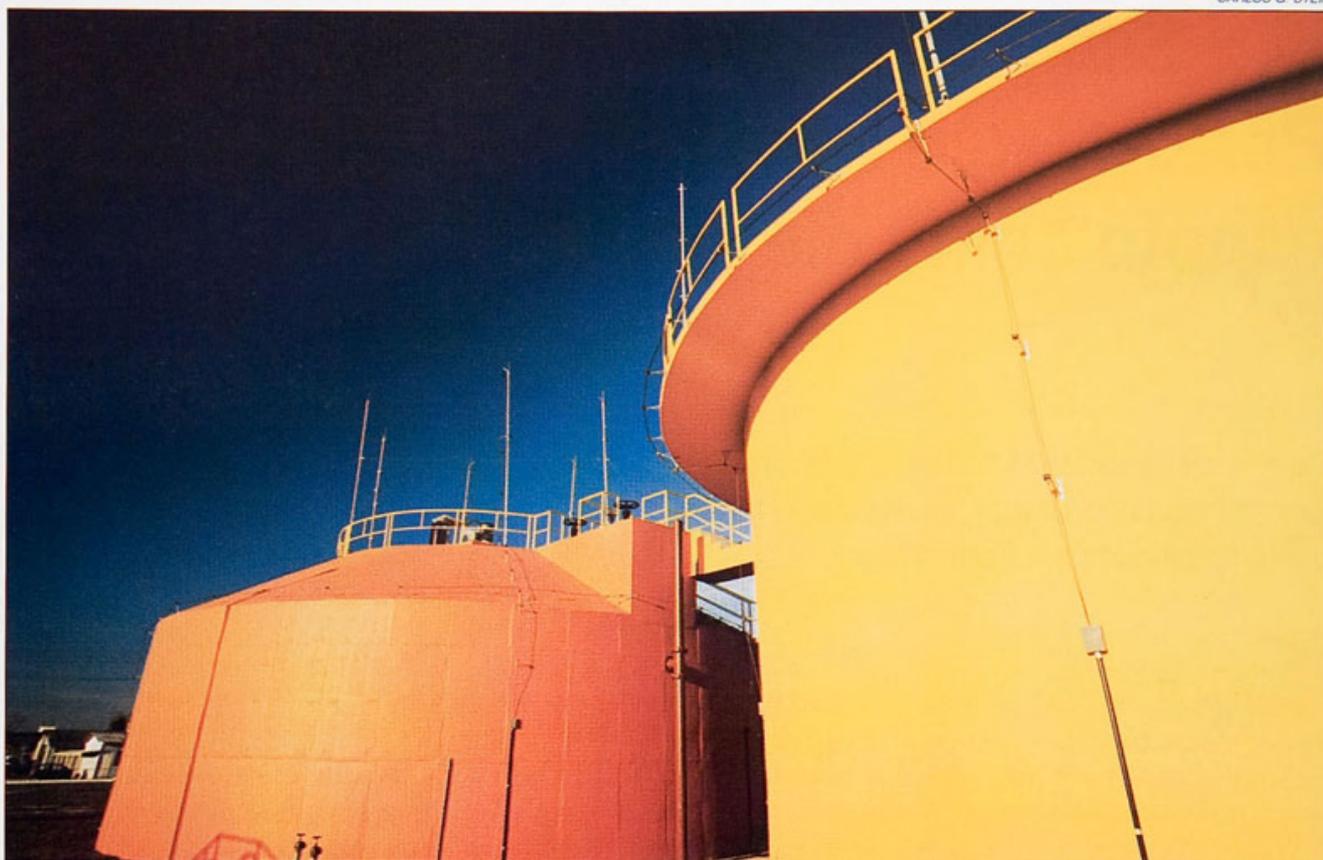
ACERVO DMAE



A tecnologia utilizada na nova ETE é reconhecida internacionalmente.

## ALTA TECNOLOGIA

A ETE São João/Navegantes também tem um complexo sistema de automação. O controle da estação fica centralizado em um computador, ao qual ficam ligados os chamados controladores lógico-programáveis (CLP). Esses CLPs recebem informações de sensores espalhados pela estação. De acordo com a informação recebida, o computador central determina a ação que deve ser executada pelos atuadores. Ao todo, são 200 sensores e atuadores distribuídos pela estação para detectar e receber os co-



Tanques de aeração da Estação de Tratamento de Esgotos São João/Navegantes.

mandos e resolver qualquer contratempo.

Esse tipo de funcionamento apresenta diversas vantagens. Uma delas é que o controle centralizado em um computador possibilita maior rapidez na resolução dos problemas e diminui a margem de erro, trazendo maior qualidade ao trabalho realizado. Outra vantagem é que, ao lidar com esse tipo de equipamento, o trabalhador do DMAE tem que se adaptar a uma nova situação, reciclando e valorizando sua mão-de-obra.

Essa tecnologia já é utilizada e consagrada em países europeus. Toda a adaptação aos padrões de Porto Alegre, entretanto, foi realizada por técnicos do DMAE. Outro

**A tecnologia já é utilizada e consagrada em países europeus, mas a adaptação aos padrões de Porto Alegre foi realizada por técnicos do Departamento.**

ponto que merece destaque são os laboratórios da ETE. Com instalações amplas e modernas, os laboratórios oferecem espaço adequado para as análises do trabalho que está sendo desenvolvido, podendo atender inclusive a coleta de outras estações de tratamento.

---

**PORTAS ABERTAS**

---

Além da alta tecnologia, outro diferencial importante da nova estação de tratamento de esgoto é o

espaço destinado para a educação ambiental. Na ETE São João/Navegantes, existe um auditório de 80 lugares para os trabalhos do projeto de educação ambiental Beija-flor, que fala sobre o tratamento de esgoto em Porto Alegre, e para treinamento dos funcionários.

As atividades se desenvolvem desde a inauguração da ETE. No dia 10 de outubro, foi feita a primeira visita guiada ao local, onde técnicos responsáveis atenderam os interessados, monitorando a visita e esclarecendo dúvidas sobre o funcionamento da Estação.

*Arnaldo Luiz Dutra, engenheiro, diretor-geral do DMAE no período 1999/2000.*

*Ana Cristina Ghisleni é jornalista.*

# Controle de perdas, consciência e informação: a tríade que pode garantir a água do futuro

ANA CRISTINA GHISLENI

**É importante que todos tenham a noção de que a responsabilidade de cada um com a água do futuro está diretamente relacionada à necessidade que temos de consumi-la.**

O Brasil detém 15% da água doce superficial do planeta. Este número sugere que existe água para todos. A realidade, porém, é diferente: segundo o IBGE, dos 70% da população que possuem residência, 1/4 não conta com água potável. Porto Alegre tem uma situação peculiar: com 99% de sua população atendida por água tratada, a cidade vive uma realidade que, apesar de não ser ideal, é diferenciada do restante do País.

**Semana Interamericana da Água: momento de pensar na água de cada dia** - De 7 a 14 de outubro, Porto Alegre sediou os eventos da 7ª Semana Interamericana da Água, cujo tema era "Água: cada gota conta. Usemos com sabedoria". Durante esse período, várias atividades aconteceram, com um objetivo em comum: alertar para a finitude dos recursos hídricos e apontar ações para o uso racional

da água. O evento, promoção do governo do Estado, contou com a participação de várias entidades e órgãos ligados ao saneamento, entre eles o DMAE, através de sua equipe de Educação Ambiental. A Semana Interamericana da Água é

**Para garantir a melhoria do abastecimento, o DMAE vem investindo em ações presentes e futuras, visando à preservação dos recursos hídricos e à formação de usuários mais comprometidos com a situação.**

um evento que demonstra a cada ano que o Rio Grande do Sul está na linha de frente das preocupações com os recursos hídricos, o que já garante uma situação pioneira e positiva em muitos aspectos.

**Ações imediatas trazem resultados a curto prazo** - Para garantir a continuidade e a melhoria do abastecimento, o Departamento Municipal de Água e Esgotos de Porto

Alegre vem investindo em ações presentes e futuras, visando à preservação dos recursos hídricos e à formação de usuários mais comprometidos com esta situação. Prova disso é que em 1992, o departamento registrava um índice de 50% de perdas. Oito anos mais tarde, as perdas foram reduzidas em 17 pontos percentuais, chegando a 33%. Mas a estimativa é ainda mais pretensiosa: o Departamento quer chegar a 2003 com 30% de perdas, o que ainda pode ser considerado um número alto e indicativo de muito trabalho. Em todo o Brasil, apenas 56% da água produzida é faturada. Somente os vazamentos consomem 45%. Algumas das ações presentes que o DMAE vem empreendendo para o controle de perdas têm efeito imediato. A instalação de macro-medidores nas Estações de Tratamento de Água, o programa de substituição de redes - cerca de 50 quilômetros são substituídos por ano -, a setorização do sistema de água que coloca registros em pontos estratégicos da distribuição, a automação do sistema operacional das Estações de Bombeamento de Água Tratada e a colocação dos chuveiros com válvulas de fechamento automático e registros próprios em áreas públicas são as atitudes responsáveis pela boa diminuição do índice de perdas registrado em Porto Alegre.

**Investimentos futuros: aposta na formação de gerações mais conscientes** - Diante de um quadro que aponta para a privatização dos serviços de abastecimento de água no País, o DMAE demonstra a possibilidade de oferecimento de serviço



Visita de alunos à Estação de Tratamento de Água Moinhos de Vento...

público de qualidade e ainda aposta no compromisso social dos órgãos de saneamento. Exemplo disso é o investimento em educação ambiental. Há dez anos o DMAE possui uma equipe de educação ambiental que atualmente desenvolve dois projetos: o “Venha fazer água conosco” e o “Beija-flor”. O primeiro e mais antigo deles atende escolas em visitas a uma Estação de Tratamento de Água. As visitas, orientadas por equipe especializada, acontecem de segunda a sexta-feira e são abertas a estudantes a partir da primeira série do ensino fundamental de todas as redes de ensino e público em geral. O mais novo projeto de educação ambiental do DMAE, o “Beija-flor”, fala do esgoto. Seu trabalho consiste em visitas a estações de tratamento de esgoto de Porto Alegre. Ele atende a um público diferenciado, composto por professores e pessoas da comunidade interessadas em conhecer o processo de tratamento. O objetivo do “Beija-flor”

é fazer com que, a partir do conhecimento do processo de tratamento de esgoto, as pessoas tenham idéia do que podem fazer para auxiliar neste trabalho no seu dia-a-dia. Estes dois projetos do DMAE indicam uma preocupação futura: fazer com que uma nova geração de porto-alegrenses tenha uma maior consciência da finitude e da importância da conservação dos recursos hídricos.

#### **Assunto não é exclusividade dos órgãos de saneamento -**

A preocupação com a necessidade de preservação dos recursos hídricos passou a não ser uma prerrogativa somente dos órgãos de saneamento. A sociedade em geral começa a dar-se conta - apesar de ainda em pequena escala - da importância de falar e agir sobre o assunto. Na mídia convencional, começamos a ouvir falar em empresas de lavagem a seco de automóveis, o que economiza cerca de 316 litros por

carro, ou em coleções de roupas cujo tema são os recursos hídricos. Ainda são ações incipientes, que, de certa forma, demonstram a falta de mobilização sobre o assunto por parte da sociedade em geral. As ações relativas à formação de uma consciência de preservação dos recursos hídricos é um trabalho que está sendo levado a sério em Porto Alegre e



... um dos locais que abastece Porto Alegre.

que, com certeza, resultará em números positivos no futuro. Mas é importante que todos tenham a noção de que estas atitudes não são exclusividade dos órgãos de saneamento e de que a responsabilidade de cada um com a água do futuro está diretamente relacionada à necessidade que todos nós temos de consumir esta água.

Ana Cristina Ghisleni é jornalista.

# I Fórum Social Mundial debaterá riqueza e democracia

SUZANA FRANÇA

**Experiências como o Orçamento Participativo trouxeram a primeira edição do evento para o Rio Grande do Sul.**

**D**ois grandes temas - riqueza e democracia - pautarão o I Fórum Social Mundial (FSM), que será realizado entre os dias 25 e 30 de janeiro de 2001, no Centro de Eventos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), em Porto Alegre. Além da formação, concentração e distribuição da riqueza mundial, haverá vários subtemas, como emprego, meio ambiente e liberdade do capital financeiro.

O conjunto desta temática remeterá a outras, relacionadas aos direitos civis e humanos. Desta forma, o Rio Grande do Sul passará a ser uma referência de oposição a Davos (Suíça), onde, desde 1971, ocorre anualmente o Fórum Econômico Mundial, que ocupa papel estratégico na formulação de políticas neoliberais. O sedimento do evento no Rio Grande do Sul foi definido em Genebra, há seis meses, especialmente pela experiência do Orçamento Participativo, tanto na Capital gaúcha, há dez anos, como em âmbito estadual.

Com a proposta de identificar

caminhos e ações efetivas da sociedade civil, o I Fórum Social Mundial tem a expectativa de reunir cerca de 10 mil pessoas, entre palestrantes convidados, delegados, jornalistas e público em geral, considerando o público de toda a progra-



mação paralela. Participarão representantes de organizações não-governamentais (ONGs), sindicatos, movimentos sociais e portadores de mandatos eletivos.

Até agora, do total de delegados, cerca de 1.300 são da América Latina, 500 da Europa, 300 da África

e 300 da Ásia, sendo que 100 são do Oriente Médio. Os participantes estão sendo inscritos pelas organizações que representam. Também são essas organizações que promovem e financiam o encontro, apoiado oficialmente pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e pela Prefeitura de Porto Alegre.

Nos últimos meses, o Governo do Estado e a Prefeitura de Porto Alegre vêm se empenhando em convocar representantes de entidades, organismos e governos de todo o mundo. Em decorrência destes contatos, foi confirmada a presença de numeroso grupo de parlamentares, ministros e autoridades eclesásticas européias e de países do Mercosul.

A proposta de criar o Fórum Social Mundial decorre das mobilizações ocorridas na Europa contra o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), em 1998, das grandes manifestações de Seattle, durante o encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC), em novembro de 1999, e das realizadas recentemente em Washington contra as políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Em todo o mundo crescem esforços no sentido de buscar alternativas que coloquem o desenvolvimento humano e a democracia participativa como fatores prioritários de governos e cidadãos.

O comitê de organização brasileiro do FSM, é composto por oito entidades: Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG); Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (ATTAC-BR); Comis-

são Brasileira Justiça e Paz, da CNBB (CBBP); Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (CIVES); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Instituto Brasileiro de Análises Sócio Econômicas (IBASE); Centro de Justiça Global (CJG); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Vários movimentos sociais como o MST lançarão conjuntamente no Fórum Social Mundial a idéia de uma campanha para que a semente seja transformada em patrimônio da humanidade, dentro da luta contra o uso de transgênicos. Conforme Ivori de Moraes, do MST, o objetivo é iniciar um debate sobre esta idéia, que pretende se transformar numa campanha de caráter internacional, com a adesão de entidades do mundo inteiro que se posicionam contra o uso de organismos geneticamente modificados.

Também será abordada a política da OMC (Organização Mundial do Comércio), de liberação das fronteiras para importação de alimentos, com subsídios diferenciados para agricultores, gerando disputas desiguais. "As políticas agrícolas do Primeiro Mundo são diferentes das praticadas aqui", observa Ivoni. Os representantes de movimentos campestres presentes no evento pretendem aprofundar e organizar soluções para estes problemas.

Como parte do Fórum Social Mundial, ocorrerá o Fórum Parlamentar Mundial, promovido pelo Governo do Estado, que mobilizará 500 parlamentares de vários países, nos dias 27 e 28 de janeiro. Eles debaterão a desregulamentação de mercados, o endividamento, transações financeiras especulativas e

os riscos à democracia face à globalização. O encontro pretende reunir parlamentares de todos os países para a discussão de temas cruciais no contexto da globalização neoliberal.

Aos parlamentares de todo o mundo está reservada a tarefa de constituir uma plataforma comum para o enfrentamento ao neoliberalismo, bem como a organização de formas articuladas de luta, capazes de obstruir os elos que catalizam a hegemonia neoliberal a partir de bases nacionais. O credenciamento de Parlamentares deve

**O Rio Grande do Sul passará a ser uma referência de oposição ao Fórum Econômico, que tem papel estratégico na formulação de políticas neoliberais.**

ser feito através do e-mail: fsm2001@uol.com.br.

A Prefeitura de Porto Alegre promoverá o Fórum de Governantes, com mais de mil participantes. Na parte da manhã no Centro de Convenções da PUC/RS, realizam-se quatro palestras exclusivas para delegados, com tradução simultânea em três línguas (inglês, francês, espanhol). Uma delas será transmitida ao vivo, para um telão colocado no Auditório Araújo Viana - com capacidade para quatro mil pessoas. Na parte da tarde, ainda na PUC, das quatro salas equipadas com tradução simultânea, três serão ocupadas por oficinas e uma para coletivas. Nas outras 60 salas disponíveis na PUC, haverá diversas atividades, entre palestras, oficinas e reuniões.

Nos outros espaços públicos municipais e estaduais da cidade, realizam-se em torno de 350 eventos, promovidos por ONGs dos mais diversos países. Serão discutidos assuntos como transgênicos, direitos do trabalhador, participação popular, políticas de gênero, direitos humanos entre tantos outros. A maioria dos eventos estará aberta ao público em geral. À noite, no anfiteatro Pôr-do-Sol, às margens do Lago Guaíba, haverá shows do Mano Chao, Zeca Baleiro, Lobão, Leci Brandão, Beth Carvalho, Nei Lisboa e Vitor Ramiel, entre outros.

O Acampamento da Juventude, com previsão de reunir duas mil pessoas ocorrerá no Campus da Agronomia, na avenida Bento Gonçalves, em Porto Alegre. Um Encontro Campesino, com a participação de 1.500 pessoas, também está sendo organizado. Já o Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Rio Grande do Sul, CEPI, promoverá um acampamento de nações indígenas durante o FSM.

Até o momento, confirmaram presença mais de 500 índios de nações do Paraguai, Argentina, Uruguai e, no Brasil, do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Acre. Durante o acampamento as nações indígenas vão expor artesanato, apresentar danças e cantos, além de preparar pratos típicos. Estão preparando também uma agenda própria de discussões.

Mais informações a respeito do FSM e sua programação podem ser obtidas via Internet, através do site [www.forumsocialmundial.org.br](http://www.forumsocialmundial.org.br).

*Susana França é jornalista assessora de imprensa do gabinete do governador do Estado do Rio Grande do Sul.*

# Porto Alegre sediou o maior congresso já realizado pela AIDIS

FLÁVIO ILHA  
SUELENA JOSINO  
MARIA DE LOURDES DA CUNHA WOLFF

**“O tema em debate trata do desafio que está colocado para nós, governantes, ambientalistas e cidadãos, de construir um novo projeto de desenvolvimento que substitua o modelo imediatista e predador que provocou e ainda provoca um enorme déficit ambiental.”**

Olívio Dutra, governador do Estado do Rio Grande do Sul

O XXVII Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária e Ambiental, evento máximo nas três Américas, promovido pela Asociación Interamericana de Ingeniería Sanitaria y Ambiental (AIDIS), ocorreu em Porto Alegre, de 3 a 8 de dezembro de 2000, sob a presidência da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Região Rio Grande do Sul (ABES/RS).

Esse encontro - que ocorre há mais de meio século, em anos pares, em diferentes países das três Américas - transformou Porto Alegre no maior e principal centro de debates sobre saneamento ambiental. Foram 4.000 participantes, entre técnicos, visitantes, expositores e

autoridades internacionais que atuam em 32 países ligados às áreas do saneamento e meio ambiente.

Na solenidade de abertura estiveram presentes, entre outras autoridades, o governador do Estado do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra; o príncipe herdeiro da Holanda,

Willen Alexander Georg Ferdinand; o ex-presidente da República do Uruguai, Júlio Maria Sanguinetti; o então presidente da AIDIS, Enrique Arntsen, o diretor da OPAS (Organização Panamericana de Saúde), George Alleyne; o presidente nacional da ABES, Antônio Cesar da Costa e Silva; o presidente da ABES/RS e presidente do XXVII Congresso da AIDIS, Alexandre Bugin e o prefeito de Porto Alegre em exercício, vereador João Motta. Representou o ministro da Saúde, José Serra, o presidente da Fundação Nacional da Saúde, Mauro Ricardo Machado Costa.

O lema do Congresso foi As Américas e a Ação pelo Meio Ambiente no Milênio. Foram apresentados cerca de 770 trabalhos técnico-científicos abordando os temas: Água Potável; Águas Servidas; Meio Ambiente: Recursos Hídricos; Resíduos Sólidos; Qualidade do Ar; Tecnologias Limpas; Desastres e Emergências; Consultoria; Empresas; Qualidade; Regulação; Saúde Pública; Informação; Jornalismo e Meio Ambiente; Pesquisa e Desenvolvimento; Ensino e Reuniões com Instituições Internacionais. Os principais temas inovadores deste Congresso foram: Prêmio Interamericano de Jornalismo Ambiental; Prêmio de Qualidade; Educação Ambiental; Município e o Meio Ambiente.

**Compartilhando boas idéias** - O Departamento Municipal de Água e Esgotos de Porto Alegre participou do XXVII Congres-



Presenças nacionais e internacionais na abertura do evento.

so da AIDIS com a apresentação de oito trabalhos técnicos e com um estande permanente. O objetivo do estande foi mostrar o trabalho desenvolvido pelo DMAE prioritariamente na questão de tratamento de esgotos. O destaque foi um grande painel onde constaram todas as grandes obras relacionadas ao tratamento de esgotos, desde o Plano Diretor de Esgotos (PDE), que orienta todo o trabalho, até o projeto da ETE Serraria, que fará com que Porto Alegre atinja a marca de 77% de esgoto tratado.

Além disso, durante a realização do Congresso, foram organizados cinco minicursos no estande do DMAE, abordando assuntos técnicos, educação ambiental e projetos institucionais do Departamento. Nestes momentos, o público teve a oportunidade de conhecer melhor projetos específicos e entender a concepção de saneamento público que Porto Alegre utiliza, baseada na capacitação da mão-de-obra, projetos viáveis, planejamento constante e investimento continuado na educação ambiental.

#### **Corsan defende política integrada**

- Na avaliação da Corsan, ficou claro aos participantes do Congresso que é necessário combater as diferenças sociais a partir de uma política séria e integradora na área do saneamento. No cenário gaúcho, onde 66% dos municípios são atendidos pelo governo do Estado, por intermédio do sistema da Corsan (Companhia Rio-grandense de Saneamento), o potencial criativo tem sido marca na tentativa de solucio-

nar os problemas do setor.

Tecnologicamente, ficou demonstrado no Congresso, que o Brasil tem capacidade de empreender as ações que se fazem necessárias. Faltam, segundo o diretor-presidente da Corsan, compromissos para que se dê um salto de qualidade na oferta de água tratada em todo o País.

“O caos sanitário que aí está precisa e pode ser revertido a partir de ações conjuntas entre municípios, estados e a União, combinando-se sabedoria tecnológica com a participação popular”, afirmou Dieter Wartchow.

#### **DMLU é destaque nacional**

- A noite de 4 de dezembro consolidou o trabalho de qualificação da gestão do DMLU (Departamento Municipal de Limpeza Urbana). A cerimônia de entrega do Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS/2000) colocou mais uma vez o Departamento no cenário nacional, como primeiro órgão de limpeza urbana a receber a premiação de Destaque. “Estar na frente é uma

**“Na educação ambiental, a idéia foi transmitir o máximo de informações aos educadores, para que eles possam repassar esses conhecimentos aos alunos das escolas de nível secundário. É uma forma de integrar a educação a tudo que é da vida.”**

**Enrique Arnstsen, então presidente da AIDIS**

ousadia muito importante, principalmente na Administração Pública”, acredita o diretor-geral do



**“O Congresso atingiu as nossas expectativas, confirmando a marca do maior congresso das Américas em defesa do saneamento ambiental, já realizado pela AIDIS. Esta meta alcançada se deveu ao empenho e determinação de todos aqueles que apostaram neste evento.”**

**Alexandre Bugin, presidente da ABES/RS**

DMLU, Darci Campani.

O PNQS 2000 foi realizado na PUC/RS, dentro das atividades do XXVII Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária e Ambiental. O desfile Rosa do Deserto - A criatividade no uso da matéria-prima, promovido pelo Departamento no Parque Farroupilha no dia 3 de dezembro, chamou a atenção da comunidade porto-alegrense para o evento internacional. As roupas, de material reciclável, foram confeccionadas pelo Senac Moda.

“O DMLU orgulha-se de ser um

dos órgãos de saneamento mais atuantes, tanto pelo número de trabalhos apresentados, como pelo número de participantes”, afirma Campani. Para ele, investir no Congresso, capacitando os servidores, é trazer experiências de outros países para dentro do Departamento.

Uma exposição de produtos e serviços foi montada na PUC durante o evento. No estande da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, o DMLU realizou o coquetel de lançamento do livro *Os Resíduos Sólidos e seus Aspectos Legais, Doutrinários e Jurisprudenciais*, da servidora Ivânea Fritsch.

#### **Presença do príncipe holandês -**

O herdeiro do trono da Holanda, Willen Alexander Georg Ferdinand, membro honorário da Comissão Mundial da Água e um dos conferencistas, participou dos trabalhos do XXVII Congresso da AIDIS, acompanhado de uma comitiva de empresários holandeses e apresentou dados sobre a situação

de recursos hídricos no planeta. Enfatizou que, na América Latina, os países que mais estão investindo em saneamento ambiental são Argentina, Brasil e Venezuela. O número de pessoas com acesso à água aumentou de 79% (4,1 bilhões) em 1990 para 82% (4,9 bilhões) atualmente, e com serviço de saneamento de 55% (2,9 bilhões) para 60% (3,6 bilhões). “Apesar destes dados serem encorajadores, no início do novo milênio um total de 2,4 bilhões não têm acesso aos serviços de saneamento e 1,1 bilhão não tem água potável, mais de um sexto da população do planeta”, alertou o príncipe.

#### **Controle deve ser exercido pela**

**sociedade** - Para debater formas de garantir a participação da sociedade na definição de políticas de saneamento, tarifas e forma de prestação dos serviços, a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae) e a Frente Nacional pelo Saneamento

Ambiental realizaram de 4 a 5 de dezembro, a I Oficina sobre Regulação e Controle Social no Saneamento, como evento integrante da programação do XXVII Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária e Ambiental.

A oficina foi o primeiro evento a discutir direitos e deveres dos consumidores de serviços de saneamento no Brasil. “Queremos propor uma ação para que os serviços municipais e as companhias estaduais de saneamento se abram e estabeleçam mecanismos de participação da sociedade na gestão”, salienta o presidente nacional da Assemae, Antonio da Costa Miranda Neto, que quer ampla participação dos usuários e não-usuários dos serviços. O documento final produzido pelos participantes da oficina defende a manutenção da gestão pública e da titularidade do município sobre saneamento, a quem cabe o estabelecimento das condições para prestação dos serviços.

### **RESOLUÇÕES DO I FÓRUM INTERAMERICANO DE JORNALISMO AMBIENTAL**

Os participantes do I Fórum Interamericano de Jornalismo Ambiental, realizado no dia 5 de dezembro de 2000, em Porto Alegre, Brasil, durante o XXVII Congresso da Associação Interamericana de Engenharia Sanitária Ambiental, adotaram as seguintes resoluções e recomendações:

- 1.** A necessidade de promover e apoiar a preparação, na América Latina e no Caribe, do jornalismo ambiental como um ramo especializado da comunicação que deve caracterizar-se pelos seguintes componentes: a) de investigação; b) científico; c) pedagógico e educativo; d) promotor da cidadania; e e) profissional, ou seja, ético e responsável.
- 2.** Que as instituições acadêmicas, públicas e privadas, com cursos regulares de comunicação ou ciências da comunicação incluam especificamente a formação de comunicadores e jornalistas ambientais, incorporando sua temática aos cursos e programas regulares, assim como a seminários, fóruns e outras atividades de extensão universitária condizentes com tal fim.
- 3.** Que as organizações e associações regionais (técnicas, governamentais, financeiras etc.) da América Latina e do Caribe incluam em seus congressos ou eventos regulares a discussão da comunicação e os processos de comunicação ambiental como parte integrante da definição das políticas de desenvolvimento, e destinem recursos para garantir a presença e participação em tais instâncias de jornalistas ambientais de toda a região.
- 4.** Que as agências de publicidade destinem pelo menos 2% dos recursos que administram para investimentos em veículos especializados em meio ambiente, aqueles que vivem exclusivamente de recursos publicitários.

**Falta de água e saneamento é o grande desafio** - Estudo da Organização Panamericana de Saúde - apresentado no Simpósio Regional sobre Água e Saneamento e posteriormente discutido durante a Plenária sobre Água e Saneamento no Novo Milênio, Antigos e Novos Desafios e Oportunidades, realizada no dia 4 de dezembro durante o Congresso - revelou que 77 milhões de pessoas não têm acesso à água potável na América Latina e no Caribe, e 103 milhões vivem sem qualquer tipo de serviço de saneamento.

Na área rural a situação é pior, com 28% da população sem acesso à água potável. "Estes números mostram que o Estado não pode se afastar do setor. Cada dia o uso da água torna-se mais caro, porque estamos usando mal este recurso natural", disse o representante regional da OPAS, Luiz Carlos Soares. O estudo foi realizado nas três Américas e revelou também que apenas 13,7% dos esgotos são tratados, causando grande ameaça à saúde devido às doenças de veiculação hídrica. O trabalho revela também uma grande desigualdade na cobertura dos serviços de saneamento e problemas de interrupção nos serviços de abastecimento de água.

**Feira destaca novas tecnologias** - A ExpoAIDIS/Aquatech Latin America 2000, evento paralelo ao XXVII Congresso da AIDIS, atraiu a atenção de 4.000 visitantes, que percorreram os 90 estandes instalados numa área de 3.500 metros quadrados.

Os participantes da feira tiveram acesso às novas tecnologias, equipamentos, produtos e serviços

da área de saneamento e meio ambiente. A cerimônia de abertura da ExpoAIDIS/Aquatech Latin America 2000 teve a presença do governador do Estado do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra; do príncipe herdeiro da Holanda, Willen Alexander Georg Ferdinand, do ex-presidente do Uruguai, Júlio Maria Sanguinetti, Enrique Arntsen, então presidente da AIDIS, entre outras autoridades.

**Nova diretoria** - O novo presidente da Associação Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental, Carl-Axel Soderberg, que tomou posse durante a realização do Congresso, tem 30 anos de experiência no setor de proteção ambiental. Trabalhou por 16 anos na Junta de Qualidade Ambiental de Por-

### **A Assemæ quer a efetiva participação da sociedade na definição de políticas de saneamento, tarifas e forma de prestação dos serviços.**

to Rico, por oito anos dirigiu o Programa de Controle da Contaminação da Água e por quatro anos foi vice-presidente da Agência.

Desde 1991, Soderberg dirige a Divisão do Caribe da Agência Federal de Proteção Ambiental dos Estados Unidos. Coordenou a Divisão Internacional de Proteção Ambiental da AIDIS de 1988 a 1992.

Na oportunidade, tomaram posse os novos membros do Comitê Executivo da AIDIS para o biênio 2000/2002.

**I Prêmio de Jornalismo Ambiental** - No dia 5 de dezembro, no Theatro São Pedro, em Porto Ale-

gre, foi realizada a premiação dos vencedores do I Prêmio Interamericano de Jornalismo Ambiental, promovido pela Associação Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental (AIDIS) e Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES). Participaram deste concurso 83 trabalhos de jornalistas de toda a América Latina. O julgamento foi coordenado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, através do Instituto de Meio Ambiente e Faculdade de Meios de Comunicação Social (Famecos), com a participação da Associação Riograndense de Imprensa (ARI); Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul e Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul.

A seguir, a nominata dos vencedores das nove modalidades distribuídas em cinco categorias: Jornais e revistas de empresas de comunicação - Ariadne Araújo e Fátima Sudário, do jornal O Povo, de Fortaleza (CE), com a reportagem "Ambiente, um projeto de vida"; Jornais e revistas de entidades e instituições - Arlete R. de Oliveira Kempf, do Jornal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre (RS), com a reportagem "As cidades estão matando seus rios"; Reportagem de rádio - Alexandra Fiori e Cid Martins, da Rádio Bandeirantes, de Porto Alegre (RS), com a reportagem "A morte anunciada"; Programa de rádio - Adriane Bertoglio Rodrigues, da Rádio Uirapuru, de Passo Fundo (RS), com o programa Uirapuru Ecologia; Reportagem de televisão - Flávio Fachel, da Rede Globo de Televisão, Rio de Janeiro (RJ), com a reporta-

gem “Seringueiros da Amazônia derrubam a floresta”; Programa de televisão - Ricardo Carvalho, produzido pela ONG Comam, Comunicação para o Meio Ambiente e apresentado no canal Futura, Terra Futura; Comunicação Institucional - Maria Elena Vélez Mejía, Cooperación Autónoma Regional de Cundinamarca, Bogotá, Colômbia, “Estrategia pedagógica de comunicación para la participación comunitaria en el programa de saneamiento ambiental de la cuenca alta del río Bogotá”; Internet - Omar Villota Hurtado, da Acodal, Asociación Colombiana de Ingeniería Sanitaria y Ambiental, Bogotá, Colômbia, News, Informativo Digital; e Fotojornalismo - Antonio Pacheco, do jornal Zero Hora, de Porto Alegre (RS), com a foto intitulada “Sangue sem nobreza”.

**Prêmio Qualidade em Saneamento/2000** - O Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento é uma iniciativa da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, que através do Comitê Nacional da Qualidade ABES-CNQA, instituiu esta ação, visando a estimular a prática de técnicas de gestão compatíveis com tendências internacionais, reconhecendo as organizações que se destacam por estas práticas e promovendo eventos de capacitação gerencial para as organizações envolvidas com o setor de saneamento ambiental do País.

Na Edição PNQS/2000 foram premiadas as unidades: Nível I Apucarana da Companhia de Saneamento do Paraná; Negócio Leste da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo; Serviço Autônomo Municipal de



83 trabalhos concorreram ao Prêmio Interamericano de Jornalismo Ambiental.

Água e Esgotos de Ibioporã; Cinco unidades da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Campos Gerais, Frutal, Fronteira, Virgolândia e Lavras); Três unidades da Companhia Espírito Santense de Saneamento (Santa Tereza, Jucu e Conceição da Barra) e no nível 2 foi premiada a Unidade de Paranavaí da Companhia de Saneamento do Paraná.

Além da premiação entregue para as unidades que registraram o melhor desempenho durante o ano, quatro outras unidades receberam placa pela relevante participação no PNQS/2000: Cruz das Almas, da Empresa Baiana de Águas e Saneamento; Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre; Pancas e Muqui, da Companhia Espírito Santense de Saneamento. Cada unidade premiada dos níveis 1 e 2 designou um técnico para viajar à Alemanha

como integrante da missão de estudos coordenada pelo Comitê Nacional de Qualidade da Abes (CNQA).

**Fórum de Jornalismo Ambiental** - No dia 5 de dezembro, mais de 180 profissionais de comunicação do Brasil, Argentina, Colômbia, Uruguai e Paraguai discutiram as formas de comunicar os problemas ambientais que afetam a humanidade, como estratégia para amenizar a falta de informação e os problemas de comunicação que daí decorrem.

Para o Brasil, quantidade de água não é problema. Afinal, o País detém 8% de todas as reservas de água doce (e potável) do planeta, um índice invejado pelos poderosos. Mas gastamos quase três vezes mais água por habitante do que o considerado necessário (e suficiente) pela Organização Panamericana de Saúde. Além disso, não cui-

damos adequadamente dos mananciais abundantes que temos: jogamos lixo, esgotos domésticos sem tratamento, rejeitos industriais, tudo o que não presta, nos nossos rios e lagos, criando um problema gerencial de grande impacto.

Para o jornalista uruguaio Victor Bacchetta, a crise ambiental não é, simplesmente, uma crise política. “Temos de admitir, de uma vez por todas, que os padrões culturais da era industrial fracassaram, que nossos paradigmas chegaram ao limite”, disse o jornalista.

Bacchetta também rechaçou o jornalismo militante das causas ambientais. “Temos de ter ética e responsabilidade para tratar de um tema como meio ambiente”, defendeu, contrariando alguns profissionais que insistem em misturar atividade profissional com paixão.

Essa posição é confirmada por uma das maiores especialistas brasileiras em jornalismo ambiental, presente ao Fórum. A jornalista Liana John, da Agência Estado, descreveu a forma empírica como os primeiros profissionais ingressaram no tema, ainda na década de 70. “Não havia pauta, nem espaço, só vontade de abordar um tema que era desconhecido para a maioria”, lembrou.

De país livre para poluir, o Brasil do regime militar passou a ser o país do *marketing* verde. Um *marketing* sem ligação direta com o processo

industrial, já que as empresas continuaram poluindo. A diferença é que apostaram num discurso conservacionista que, na maioria das vezes, estava a léguas de distância da prática cotidiana. “Só em alguns poucos casos pudemos perceber uma relação efetiva entre um discurso de preservação e uma prática industrial diferente da lógica dominante, de degradação continuada”, disse Liana.



A Feira proporcionou intercâmbio de tecnologias entre Américas e Europa.

**Contaminação por resíduos sólidos** - A água não foi preocupação apenas dos jornalistas durante os debates do XXVII Congresso da Associação Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental. A representante da Organização Panamericana de Saúde na América Central, Gabriela Hernández, também falou sobre o tema, dizendo que as comunidades mais carentes não podem se ver privadas de um recurso vital. “Não podemos mais tolerar a falta desse recurso. A água deve ser considerada parte dos direitos humanos”, defendeu.

A contaminação por resíduos sólidos é a principal preocupação

dos técnicos. Elizabeth Krieger, da UFRGS, apresentou dados de análise, controle de geração e destinação dos resíduos sólidos no Rio Grande do Sul e mostrou a crescente contaminação do aquífero do Vale do Sinos, que abastece mais de 500 mil pessoas.

“O objetivo do trabalho foi avaliar o nível de contaminação provocado pela indústria calçadista”, detalhou. A pesquisa se localizou em

Estância Velha, município que concentra o maior número de indústrias e onde há uma usina de tratamento de efluentes. Novo Hamburgo, porém, é a cidade com maior índice de rejeitos industriais lançados no ambiente.

Os resultados demonstraram aumentos “expressivos” na condutividade do aquífero e

na concentração de cloreto, sulfato, nitrato e, sobretudo, ferro, manganês e cromo. “Os índices foram todos maiores do que os esperados, mas eu não me surpreendo que haja contaminação pela forma com que são trabalhados os aterros”, observou.

Outra região pesquisada foi Caxias do Sul, porém, que aparece como tendo o maior número de empresas que lançam resíduos sólidos no ambiente e contribuem para a contaminação dos mananciais de águas subterrâneas. Todas elas são monitoradas pela Fepam.

Segundo os dados revelados no Congresso da AIDIS, a fundição de

metais ferrosos (cromo, ferro e níquel) apresenta os maiores índices de lançamento de efluentes líquidos, para matérias-primas, entre os tipos de indústria existentes no Estado. São os resíduos produzidos pela indústria metal-mecânica da região, que utiliza ferro e aço como matérias-primas.

Surpreendentemente, a pesquisa revela que as indústrias de menor porte e que, portanto, processam menos matéria-prima, são as que possuem maior vazão de efluentes líquidos. "Isso se explica pela falta de investimentos em tecnologias limpas e mais avançadas nas indústrias de pequeno porte", avalia a técnica responsável pela pesquisa, Mariza Espinoza.

**Educação Ambiental: saída para pequenas empresas** - As micro e pequenas empresas do País passaram a ser os alvos preferenciais dos especialistas em tecnologias limpas, que mostraram ceticismo com as possibilidades de acesso dos pequenos a esse tipo de produção.

José Alfredo Araújo, coordenador nacional de Gestão Ambiental, foi categórico ao enfatizar que a preocupação do Sebrae não é apenas discutir a implantação, mas também viabilizar as tecnologias limpas para os pequenos empreendedores. "Estamos estudando formas de viabilizar essas tecnologias para quem tem menos capacidade de investimento", disse Araújo.

As pequenas e microempresas são responsáveis por mais de 90% dos empregos do País e por boa parte dos problemas ambientais, ainda que não haja dados conclusivos sobre isso. Com baixa capacidade de investimento, essas empre-

sas acabam utilizando tecnologias obsoletas e de forte impacto.

Fernando Almeida, diretor-executivo do Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), acha que a implantação de núcleos de tecnologias limpas, com o apoio de parceiras, pode mudar o quadro. Segundo ele, os núcleos podem levar a informação necessária aos empre-

sários para que eles reduzam os índices de contaminação sem gastar o que não têm. "Hoje há muita tecnologia barata e de fácil acesso. Basta ter a informação", disse.

*Flávio Ilha é jornalista.*

*Suelena Josino é jornalista.*

*Maria de Lourdes da Cunha Wolff é jornalista, editora da Revista Ecos.*

*Colaboraram para esta matéria as jornalistas, Ana Cristina Ghisleni e Cinara Santos da Silva.*

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Os participantes do XXVII Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária e Ambiental manifestaram, ao término do evento, suas conclusões e recomendações sobre as ações que devem ser seguidas nas Américas frente aos atuais desafios ambientais que envolvem fundamentalmente as seguintes necessidades:

- ◆ Identificar e implementar as ações necessárias para proteção direta e indireta da saúde;
- ◆ Dispor de serviços de abastecimento de água e rede de esgotos para todos e em particular para as populações marginalizadas e carentes;
- ◆ Considerar que a água é um bem social indispensável e um direito inalienável, mas que é também um bem econômico que deve ser explorado racionalmente;
- ◆ Considerar a necessidade de um adequado gerenciamento a todos os níveis e em todas as estruturas (gerenciamento ambiental, gerenciamento das empresas prestadoras de serviços, gerenciamento de regulação e controle);
- ◆ Dispor de fontes de financiamento seguras e confiáveis;
- ◆ Dispor de ações permanentes de desenvolvimento tecnológico;  
Desenvolver ações de educação ambiental a todos os níveis educativos;
- ◆ Implantar uma consciência sobre os temas ambientais através uma adequada ação jornalística;
- ◆ Contar com fontes de informações e com capacidade de difundir as informações;
- ◆ Reconhecer a importância de abranger na sua amplitude e de forma conjunta todos os assuntos de saneamento ambiental em marcos integradores como são as bacias hidrográficas e os municípios.

Também foram feitas recomendações nas áreas específicas de: Planejamento Estratégico; Proteção da Saúde: Água e Saneamento para um Novo Milênio; Descontaminação das Bacias Hidrográficas; Gestão Ambiental nas Universidades; Consumo de Energia; Informação em Saneamento Ambiental: a base do processo de tomada de decisão setorial; Jornalismo Ambiental; Geopolítica Ambiental; Perspectiva do Saneamento Ambiental nas Américas; Fundamentos, Características e Objetivos da Regulação nos Países Americanos; Municípios e Ambiente: Cidades Saudáveis; Educação Ambiental; Moderação e Redução de Riscos; Manejo Integral de Resíduos Sólidos Urbanos; Não mais crianças no lixo; Remoção de Arsênio; Tratamento Anaeróbico de Águas Residuais na América Latina; Sistema de controle, supervisão e aquisição de dados; Qualidade do Ar; Benchmarking; Ferramenta de Desenvolvimento do Setor de Saneamento das Américas; Investigação e Desenvolvimento; e Certificação Profissional no Setor de Saneamento.

### APRESENTANDO O PNEU ECOLÓGICO

Já existe um pneu ecológico, feito de borracha natural extraída de forma manejada em reservas extrativistas da Amazônia. A matéria-prima bruta é extraída



pelos seringueiros e beneficiada em usinas administradas por eles próprios. Já as reservas de extração são administradas pelo Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) do Ibama.

A borracha chega nas usinas em

estado bruto e é beneficiada para uso em escala industrial, processada através do sistema Granulado Escuro Brasileiro (GEB), que é o mais

usado na indústria do país. A previsão é de que as usinas processem 120 toneladas de borracha bruta por ano. O lucro gerado com esta prática é reinvestido nas reservas, usinas e projetos sociais, promovendo o desenvolvimento sustentável da região amazônica.

### LEVANTAMENTO INDICA QUE DUPLICOU A ÁREA FLORESTAL NO RS

Nos últimos 17 anos, duplicaram as áreas cobertas por florestas nesse Estado. É o que indica um estudo realizado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em convênio com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) do Rio Grande do Sul.

Em 1983, quando a cobertura florestal começou a ser analisada, ela representava 5,64% do território gaúcho. Hoje, este índice está entre 9,4% e 11,4%, caracterizando um aumento de cerca de 100%, verificado nas florestas nativas e também nas implantadas.

O estudo indica, ainda, que a principal causa desse aumento na área florestal é a diminuição das áreas de cultivo dos pequenos produtores. O projeto, realizado a partir de imagens de satélite, custou R\$ 1,04 milhão e foi feito com recursos do Fundo de Desenvolvimento Florestal do Rio Grande do Sul.

### CRIMES CONTRA A FAUNA DEIXAM DE SER DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL

O Supremo Tribunal de Justiça decidiu cancelar a súmula 91, que estabelece que os crimes contra a fauna devem ser julgados pela Justiça Federal. A súmula, fixada em 1993, deve cair porque está em conflito com a nova Lei de Crimes Ambientais, que define somente os crimes cometidos em propriedades da União como possíveis de serem julgados pela Justiça Federal.

Com o cancelamento, os estados e municípios também passarão a ser responsáveis por atuar em crimes relativos à fauna. Segundo a Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, a mudança de esfera das ações sobre crimes ambientais vai agilizar os processos.

### RESTINGA VAI TER USINA DE RECICLAGEM

Está quase tudo pronto para a primeira usina de reciclagem de Material Plástico do Rio Grande do Sul começar a funcionar. Os equipamentos, fornecidos pela Secretaria Municipal da Produção Indústria e Comércio (Smic), já estão sendo instalados para dar início às atividades. Na ação conjunta estado e município, a SMIC também participa, com a cedência do terreno para a construção da usina localizada no Parque Industrial da Restinga. Já o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), realiza a coleta dos resíduos sólidos.

Além de garantir o aumento da renda dos trabalhadores das oito unidades de triagem de resíduos sólidos da cidade e das novas unidades do Delta do Jacuí, a usina vai gerar 30 empregos diretos. Hoje, os recicladores dependem de quatro atravessadores para vender o lixo selecionado. A usina é a esperança de ver os resíduos beneficiados e comercializados por um preço maior, pois vai processar 400 toneladas/mês de plástico e trabalhar com duas linhas de beneficiamento. Uma, específica para o PET (Politereftalato de etileno) e outra para os plásticos.

# Jornalismo Ambiental: onde estão as faculdades de comunicação?

ROBERTO VILLAR  
JUAREZ TOSI

**“É fundamental que as faculdades de comunicação compreendam a importância da ecologia na formação dos futuros jornalistas.”**

A cobertura das questões ambientais no Brasil passou por três momentos distintos na última década do século 20. No início dos anos 90, aconteceu um *boom* editorial que durou até junho de 1992, antes e durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro.

Depois da Rio 92, houve uma espécie de ressaca, em parte devido ao *frenesi* causado pelo escândalo que culminou com o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo. Este recuo não foi geral. A Agência Estado, a Gazeta Mercantil e a TV Cultura mantiveram o tema em pauta. Os demais veículos

da chamada grande imprensa só voltaram a considerar os temas ecológicos como assuntos importantes quando acontecia um desastre.

Em meados dos anos 90, o tema ambiental foi retornando à pauta,



principalmente devido ao crescente interesse das grandes empresas poluidoras em obter selos verdes, movimento liderado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o De-

envolvimento Sustentável, braço nacional do Business Council for Sustainable Development.

Os empresários começaram a aparecer com uma postura menos reativa e mais pró-ativa, discursando sobre as tecnologias limpas, a mudança dos processos industriais para diminuir o desperdício de energia, matéria-prima e água. As corporações perceberam que poluição é dinheiro posto fora, e esta nova noção chegou às famílias que detém o controle dos meios de comunicação no Brasil, afinal são as porta-vozes do poder no país.

Neste final de século 20, há notícias diárias sobre questões ambientais na imprensa brasileira. Mas, em geral, são fatos desconexos, sem o sentido amplo do ambientalismo, sem uma interpretação capaz de ligar o fato às causas que o geraram: uma crise civilizatória e um modelo de desenvolvimento excludente, do ponto de vista social, e predador, do ponto de vista da natureza.

O próximo passo é consolidar um jornalismo ambiental que, por ser especializado, é menos preocupado com o fato e mais preocupado com a tradução e interpretação do fato para o público leigo, e não apenas para o gueto dos ecologistas. A nova geração de jornalistas mostra um interesse nunca visto por questões ambientais.

Apesar disso, as universidades não estão acompanhando como deveriam esta nova necessidade social, formando jornalistas qualificados para escrever e falar sobre questões como: pobreza em áreas degradadas, poluição industrial, mudanças climáticas, resíduos urbanos, escassez de água e gestão dos recursos hídricos, agricultura sustentável, biotecnologia e transgênicos, manejo florestal, perda da biodiversidade e matriz energética.

Mas foi neste final de século que um antigo sonho dos jornalistas que cobrem meio ambiente no Brasil tornou-se realidade. Em dezembro de 1998, começou a funcionar na Internet a Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental (RBJA), iniciativa de duas ONGs gaúchas, a Pangea e o Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul. Com mais de 180 jornalistas cadastrados, a RBJA está promovendo a integração de comunicadores de todos os cantos do país, possibilitando a troca de pautas, fontes e informações, e também a convivência dos que estão chegando agora ao mercado com os veteranos da área.

Todos os jornalistas que vêm cobrindo a questão ambiental no Brasil, desde os anos 70, são autodidatas, entraram na área por gosto e compromisso, pois entenderam as carências e as riquezas fantásticas do Brasil. Riqueza da alma indígena, que sempre soube conviver com a natureza, riqueza dos recursos naturais, que ainda encantam mais os estrangeiros do que o próprio povo brasileiro, empobrecido, vítima de um modelo excludente e predador.

Jornalistas como Randau Mar-

ques e suas matérias sobre poluição industrial, Lúcio Flávio Pinto e as histórias sobre a Amazônia, e Elson Martins, que assistiu de perto ao aparecimento e à liderança de Chico Mendes no Acre, deixaram um legado e um exemplo que não podem ser ignorados pelas novas gerações. Os jovens também devem procurar aprender com os artigos de Washington Novaes, explicando os grandes temas internacionais, as matérias de Regina Scharf, mostrando as implicações econômicas das questões ambientais, as reportagens científicas de Liana John e Marcelo Leite, tradutores dos fatos que envolvem as ciências da natureza. Todos talhados na prática cotidiana das redações.

**“O tema ambiental retornou à pauta devido ao crescente interesse das grandes empresas poluidoras em obter selos verdes.”**

Fora da grande imprensa, o jornalismo ambiental vem aparecendo com força em várias publicações, ligadas a ONGs ou não, como o *Jornal do Meio Ambiente*, o *jornal Terramérica*, e as revistas *EcoRio*, *Ecologia e Desenvolvimento*, *Saneamento Ambiental* e outras, e em *sites* da Internet, como a revista digital *Água Online*, a *Rede Verde*, o *Ecologia em Notícias* e mais uma série de serviços que vêm surgindo na rede mundial de computadores.

Essa movimentação periférica culminou na criação da Associação Brasileira das Mídias Ambientais (Ecomídias), com o objetivo principal de convencer as agências de publicidade a programarem anún-

cios nos veículos especializados, de divulgação dirigida. Cada veículo novo que surge na área ambiental cumpre uma importante função social. “Não significa apenas aumento de postos de trabalho para profissionais especializados, mas também um fator a mais de favorecimento do diálogo entre os diferentes setores da sociedade que precisam estabelecer parcerias por um desenvolvimento sustentável”, ressalta o jornalista gaúcho, “exilado” em Niterói (RJ), Vilmar Berna, prêmio Global 500 em 1999 e um dos fundadores da Ecomídias.

Apesar dos apóstolos da neutralidade, a cobertura ambiental é uma questão política. Os grandes veículos de comunicação têm o poder de colocar - e retirar - assuntos na agenda das discussões públicas. Para termos de fato uma cobertura qualificada das questões ambientais no Brasil, é preciso que os editores entendam que o assunto merece o mesmo *status* da política e da economia, exigindo também matérias investigativas de fôlego. Não basta mostrar na televisão paraísos perdidos na Amazônia e no Pantanal, é preciso explicar as verdadeiras causas da crise ambiental que ameaça o país com a maior biodiversidade do mundo. E para isso é fundamental que as faculdades de comunicação compreendam a importância da ecologia na formação dos futuros jornalistas.

---

**Roberto Villar** é moderador da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental.  
[www.jornalismoambiental.jor.br](http://www.jornalismoambiental.jor.br)  
<<http://www.jornalismoambiental.jor.br>>

**Juarez Tosi** é coordenador do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul.

# Lourdes Rodrigues, a Dama da Canção

**E** escrever sobre Lourdes Rodrigues é escrever sobre um bom trecho da história da música popular brasileira no Rio Grande do Sul e sobre a vida noturna de Porto Alegre: Clube dos Cozinheiros, Batelão, Ka-Sambão, Ka-Samba, Chão de Estrelas, Gente da Noite, Clube da Saudade, Vinha D'Alho, Lupicínio Rodrigues, Alcides Gonçalves, Túlio Piva, Demósthene Gonzales, Jonhsson, Clio Paulo de Mello, Cléa Ramos, Marino do Sax, Hamilton Chaves, Flávio Pinto Soares, Aladim e dezenas de outras casas noturnas e centenas de pessoas - compositores, músicos, poetas, instrumentistas, boêmios e amantes da madrugada que, a partir dos anos 60, reconstruíram o movimento musical noturno da cidade.

Alguns vinham dos anos 40/50, como Lúpi, Alcides, Túlio, Demósthene, Jonhsson e Hamilton, mas souberam aceitar os mais novos e permitiram-lhes ingressar no mundo mágico das emoções desafiadas nas cordas do violão e nas vozes quentes de mulheres e homens encantados pela música e o sonho. Eles aceitaram e deram força a uma menina que, há 48 anos, em 31 de agosto de 1952, ganhou o concurso A Mais Bela Voz Estudantil do Rio Grande do Sul, foi para a etapa nacional, no programa de Ari Barroso, na Rádio Nacional, também ganhou, e nunca mais parou de cantar.

Quando conheci Lourdes Rodrigues, acho que lá pelo final da década de 60, ela já tinha mais de 800 músicas em seu repertório. Em sua maior parte, samba e samba-canção - embora faça algumas bem-sucedidas incursões pelo tango e pelo bolero. Afinal de contas, foi crooner de famosos conjuntos de baile e, aí, é preciso saber cantar todos os



gêneros musicais. Também nos grandes espetáculos de teatro - no rádio e na tevê - ela mostra competência, talento e voz. Mas é na noite, nos bares e boates enfumaçados, nos pequenos palcos de amores e tragédias, onde homens e mulheres trocam olhares que podem terminar em amor ou morte, que sempre encontrei e ouvi o melhor de Lourdes Rodrigues, acompanhada pelo violão de Darci Alves ou de Mário Schimia, de Pedro Homero, pelo cavaquinho de Lúcio Quadros, pelo pandeiro do Azeitona. Por isso, inclusive, chamei-a Dama da Canção, acabamos amigos e compadres. Vivemos grandes noites de música no Chão de Estrelas, sob as bênçãos da Adelaide Dias, ouvindo o poeta Luiz de Miranda falar de seus amores azuis e seus sonhos de prata.

Lourdes Rodrigues, a Dama da Canção, é um patrimônio da arte e da cultura gaúchas. E, felizmente para todos nós, está aí, cantando cada vez mais e melhor. Pode ter sido ruim para ela não ter ficado no Rio de Janeiro, quando ganhou o concurso no programa do Ari Barroso. Se tivesse ficado, hoje seria cantora de sucesso nacional. Mas foi muito bom para nós, que a temos sempre perto quando queremos ouvir uma boa música.

# Sabe aquela água suja que a gente chama de esgoto? O DMAE está transformando em qualidade de vida.

A nova **Estação de Tratamento de Esgoto São João Navegantes** possui alta tecnologia que oferece um tratamento seguro e de qualidade. Graças a um investimento de 24 milhões de reais, esta estação trata, inicialmente, 444 litros de esgoto por segundo, beneficiando 150 mil porto-alegrenses. Esta nova estação é mais uma iniciativa do DMAE para a despoluição do Guaíba.

VERSA COMUNICAÇÃO FOTÓ MATHIAS CRAMER

